



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI  
NEAD – NÚCLEO DE ENSINO A DISTÂNCIA  
CURSO DE MÍDIAS NA EDUCAÇÃO

Thiago da Silva Galerani

**RELATO DE EXPERIÊNCIA: ATIVIDADE PEDAGÓGICA COM USO DE  
SMARTPHONES NO ENSINO DE DIREITO DO TRABALHO**

São João del-Rei

2019

Thiago da Silva Galerani

RELATO DE EXPERIÊNCIA: ATIVIDADE PEDAGÓGICA COM USO DE  
SMARTPHONES NO ENSINO DE DIREITO DO TRABALHO

Trabalho de conclusão do curso de Especialização em Mídias na Educação da Universidade Federal de São João del-Rei, apresentado como requisito para obtenção do título de Especialização em Mídias na Educação, sob a orientação do Prof. Sergio Gualberto Martins.

São João del-Rei

2019

Thiago da Silva Galerani

RELATO DE EXPERIÊNCIA: ATIVIDADE PEDAGÓGICA COM USO DE  
SMARTPHONES NO ENSINO DE DIREITO DO TRABALHO

Trabalho de conclusão do curso de Especialização em Mídias na Educação da Universidade Federal de São João del-Rei, apresentado como requisito para obtenção do título de Especialização em Mídias na Educação. sob a orientação do Prof. Sérgio Gualberto Martins.

---

Prof. Dr. Sérgio Gualberto Martins (orientador) - UFLA

---

Prof. Dr. Mateus de Carvalho Martins - UFF

A todos os meus alunos. Talvez vocês não tenham percebido, mas já me ensinaram muito mais do que aprenderam comigo.

À mestra Adriene Santana, pela dedicação e por todo o apoio durante todo o curso.

Ao Prof. Sergio, pela valiosa orientação.

## RESUMO

Este é o relato de uma experiência pedagógica que teve por escopo estimular o aprendizado de Saúde e Segurança do Trabalho, durante aulas de Ética e Cidadania Organizacional, por meio de práticas pedagógicas marcadas pelo protagonismo do aluno e pelo uso de smartphones como instrumentos de apoio didático para pesquisa exploratória. O referencial teórico adotado – quanto aos aspectos pedagógicos do projeto – tem fulcro na proposta da Pedagogia Empreendedora, de Fernando Dolabela. Os sujeitos envolvidos foram os alunos do segundo módulo do Curso Técnico em Farmácia da ETEC "Prof. José Ignácio Azevedo Filho", que participaram das atividades didáticas propostas pelo autor do presente estudo, que é professor na referida unidade escolar. Sob orientação do docente, realizaram-se atividades didáticas – protagonizadas pelos alunos – relativas a pesquisa exploratória sobre riscos à saúde e segurança ocupacional verificados no próprio ambiente escolar. Os alunos utilizaram smartphones para coletar registros visuais dos riscos identificados, refletindo sobre as imagens e propondo soluções práticas. Obteve-se uma resposta positiva dos alunos, que agiram como protagonistas das atividades, assumindo atitudes colaborativas e papéis de liderança em cada etapa de desenvolvimento das atividades práticas propostas. Assim, as ações e interações desenvolvidas estimularam e propiciaram o protagonismo educacional, de forma que os alunos descobriram-se responsáveis pelas respectivas evoluções pessoais, ao mesmo tempo em que a interação propiciava a evolução do próprio grupo social no qual estavam inseridos, sempre utilizando o apoio de mídias na educação - especialmente smartphones. Conclui-se que as atividades propostas demonstraram ser possível a construção de novas formas de ensino jurídico, novos modelos, nos quais os recursos didáticos sejam diversificados e o aluno possa protagonizar o processo educacional, o que não diminui ou torna dispensável o papel do professor, que continua tendo papel ativo e grande importância no processo educacional, mas passa reconhecer o caráter dialético da educação, rompendo assim com o paradigma da pedagogia tradicional.

**Palavras-chave:** Ensino Jurídico. Smartphones. Mídias na Educação. Prática Pedagógica. Educação Empreendedora.

## **ABSTRACT**

This is the report of a pedagogical experience that had as scope to stimulate the learning of Occupational Health and Safety, during classes of Ethics and Organizational Citizenship, through pedagogical practices marked by the protagonism of the student and the use of smartphones as instruments of didactic support for exploratory research. The theoretical framework adopted - with regard to the pedagogical aspects of the project - has fulcrum in the proposal of Pedagogia Empreendedora, by Fernando Dolabela. The subjects involved were the students of the second module of the ETEC Technical Course in Pharmacy "Prof. José Ignácio Azevedo Filho", who participated in the didactic activities proposed by the author of the present study, who is a teacher in the said school unit. Under the guidance of the teacher, didactic activities - carried out by the students - related to the exploratory research on health and occupational safety risks verified in the school environment. Students used smartphones to collect visual records of the identified risks, reflecting on the images and proposing practical solutions. There was a positive response from the students, who acted as protagonists of the activities, assuming collaborative attitudes and leadership roles at each stage of the proposed practical activities. Thus, the actions and interactions developed stimulated and provided the educational protagonism, so that the students found themselves responsible for their respective personal evolutions, at the same time that the interaction propitiated the evolution of the social group in which they were inserted, always using the media support in education - especially smartphones. It is concluded that the proposed activities demonstrated that it is possible to construct new forms of legal education, new models, in which the teaching resources are diversified and the student can lead the educational process, which does not diminish or make dispensable the role of the teacher, which continues to play an active and important role in the educational process, but recognizes the dialectical character of education, thus breaking with the paradigm of traditional pedagogy.

**Keywords:** Legal Education. Smartphones. Media in Education. Pedagogical Practice. Entrepreneurial Education.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Tabulação de respostas à pergunta nº 01 do questionário aplicado aos alunos.....	46
Tabela 2 – Tabulação de respostas à pergunta nº 02 do questionário aplicado aos alunos.....	47
Tabela 3 – Tabulação de respostas à pergunta nº 03 do questionário aplicado aos alunos.....	48
Tabela 4 – Tabulação de respostas à pergunta nº 04 do questionário aplicado aos alunos.....	49
Tabela 5 – Tabulação de respostas à pergunta nº 05 do questionário aplicado aos alunos.....	50
Tabela 6 – Tabulação de respostas à pergunta nº 06 do questionário aplicado aos alunos.....	51
Tabela 7 – Tabulação de respostas à pergunta nº 07 do questionário aplicado aos alunos.....	52
Tabela 8 – Tabulação de respostas à pergunta nº 08 do questionário aplicado aos alunos.....	53
Tabela 9 – Tabulação de respostas à pergunta nº 09 do questionário aplicado aos alunos.....	54
Tabela 10 – Tabulação de respostas à pergunta nº 10 do questionário aplicado aos alunos.....	55

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	08
<b>2</b>	<b>NOTAS CONCEITUAIS SOBRE AS TRANSFORMAÇÕES DO ENSINO JURÍDICO, PROTAGONISMO DO ALUNO NA EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA, EDUCAÇÃO POR COMPETÊNCIAS E USO DE MÍDIAS NA EDUCAÇÃO .....</b>	11
2.1	<b>Ensino jurídico: transformações e novos desafios .....</b>	11
2.2	<b>Sobre o uso de mídias e recursos tecnológicos na educação jurídica .....</b>	13
2.3	<b>O protagonismo educacional do aluno e a Educação Empreendedora ....</b>	16
2.4	<b>A educação por competências .....</b>	19
<b>3</b>	<b>ASPECTOS METODOLÓGICOS DA EXPERIÊNCIA PEDAGÓGICA ORA RELATADA .....</b>	22
3.1	<b>A primeira etapa do trabalho pedagógico realizado .....</b>	23
3.2	<b>A segunda etapa do trabalho pedagógico realizado .....</b>	25
3.3	<b>Avaliação .....</b>	26
<b>4</b>	<b>ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS .....</b>	30
4.1	<b>Expectativas .....</b>	30
4.2	<b>Resultados obtidos .....</b>	31
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	37
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	40
	<b>APÊNDICE A - TERMO DE ESCLARECIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO .....</b>	42
	<b>APÊNDICE B – MODELO DO QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ALUNOS .....</b>	43
	<b>APÊNDICE C – TABELAS CONTENDO A TABULAÇÃO DAS RESPOSTAS QUANTO AO QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ALUNOS .....</b>	46



## 1 INTRODUÇÃO

O paradigma da educação jurídica tradicional, no Brasil, historicamente caracterizada por aulas predominantemente expositivas, tem sido superado pouco a pouco.

Em uma era marcada pela tecnologia, pela globalização e pela necessidade de integração de múltiplos saberes, habilidades e competências, vislumbra-se uma forte tendência à adoção de práticas pedagógicas inovadoras no âmbito da educação jurídica. Trata-se de um reflexo das transformações e mudanças de paradigmas que a Educação, como um todo, vem sofrendo ao longo do tempo.

Atualmente, o estudante faz uso cada vez mais constante de *smartphones*, *tablets* e outros recursos tecnológicos em seu cotidiano. Se as tecnologias da informação e comunicação (TIC's) permeiam o cotidiano do aluno, por que não utilizar mídias como instrumentos de apoio educacional?

O uso de mídias na educação não fica adstrito à educação a distância (EAD): é possível como aparato de apoio pedagógico tanto na educação presencial quanto nas experiências de educação híbrida.

Usar mídias na educação não é, por si só, sinônimo de inovação: para que a inovação se concretize, é salutar que a própria metodologia de ensino se diversifique, não bastando simplesmente adotar recursos tecnológicos ou apoio midiático como ferramentas de apoio pedagógico.

As propostas didáticas para o ensino jurídico, com ou sem o uso de mídias, devem possibilitar que o aluno consiga absorver informações e desenvolver conhecimento, apropriando-se de competências que lhe permitam enfrentar os desafios profissionais e pessoais intrínsecos às necessidades da vida, concatenando habilidades e o domínio das bases tecnológicas que permeiam cada tema estudado.

Com o escopo de investigar caminhos para implementar práticas inovadoras de ensino jurídico, o autor realizou, durante o segundo semestre letivo de 2018, atividade pedagógica na qual estudantes da disciplina Ética e Cidadania Organizacional, ao estudar o tema “Legislação e Relações Trabalhistas”, foram estimulados pelo professor a realizar pesquisa de campo sobre riscos ocupacionais, utilizando *smartphones* como ferramentas de para coleta de registros de fatores de risco à saúde e segurança do trabalho no ambiente da própria unidade escolar (ETEC “Prof. José Ignácio Azevedo Filho”, em Ituverava-SP), apresentando verbalmente em sala de aula os resultados obtidos, valendo-se, nas apresentações verbais, do apoio de mídias (*notebook* e *projektor*).

A proposta do presente trabalho é permitir a reflexão, com fulcro no relato da experiência realizada, sobre a viabilidade do emprego de recursos de mídia e de tecnologia da informação – especialmente *smartphones* – no âmbito da educação jurídica, num contexto marcado pelo estímulo à atitude ativa do aluno, sob a perspectiva dos valores da Educação Empreendedora e da educação por competências.

O presente trabalho tem como objetivo geral estimular, a partir da reflexão sobre a experiência ora relatada, a análise sobre a viabilidade da adoção de técnicas inovadoras no ensino jurídico, especialmente atividades protagonizadas pelos alunos com apoio de mídias.

Os objetivos específicos do presente trabalho são:

- Descrever a prática pedagógica em pauta, apresentando e avaliando os resultados obtidos;
- Investigar as facilidades e dificuldades verificadas no desenvolvimento da prática em comento;
- Contribuir com a comunidade educacional a partir da discussão dos resultados e compartilhamento da experiência pedagógica em analisada.

O Direito é uma ciência em constante desenvolvimento, eis que dedica-se aos aspectos jurídicos que permeiam as relações humanas, e estas últimas não são estáticas: transformam-se ininterruptamente.

Apesar da dinâmica evolutiva das relações sociais que integram o objeto de estudo do Direito, o ensino jurídico ainda é marcado pela educação tradicional, caracterizada por aulas expositivas com apoio de material didático escrito (bibliografia de apoio). Nota-se que o Direito evolui tal qual a própria sociedade evolui, mas o ensino jurídico, em contrapartida, não evoluiu no mesmo compasso que a sociedade.

Da transformação social, emerge a necessidade da adoção de práticas pedagógicas inovadoras, inclusive no que tange à didática exercida na área jurídica. Assim, a realidade social contemporânea convida a comunidade docente a buscar métodos didáticos que correspondam às novas necessidades e expectativas do público discente. Nesse contexto, justifica-se a realização da experiência ora relatada, cujos parâmetros podem servir de referencial teórico a iniciativas análogas no campo da educação jurídica.

Os estudantes que participaram da experiência em comento configuram um público heterogêneo e diversificado, permeado por pessoas de faixas etárias variadas (adolescentes e adultos), vivendo em condições socioeconômicas distintas, com histórico profissional diversificado (alguns, por exemplo, ainda na busca pelo primeiro emprego, ao

passo que outros já tem carreiras estabelecidas tanto na iniciativa pública quanto na iniciativa privada).

A partir da análise da experiência pedagógica em questão, buscou-se reunir dados e informações com o propósito de responder ao seguinte problema de pesquisa: de que forma a aplicação de atividade pedagógica pautada em pesquisa exploratória com apoio de *smartphones*, protagonizada pelos próprios alunos, pode contribuir para agregar valor à educação jurídica?

Evidenciada a necessidade de estimular a educação com uso de mídias – especialmente os *smartphones* – e postura ativa dos alunos, justifica-se, portanto, a presente pesquisa, que tende a contribuir com os avanços na busca por métodos inovadores de ensino jurídico.

O trabalho de pesquisa encontra-se estruturado em 3 capítulos. No primeiro capítulo, são tecidas considerações sobre o papel do professor na educação jurídica, o impacto da tecnologia e das mídias nas relações educacionais, a importância do protagonismo do aluno e o fomento aos valores da Educação Empreendedora para satisfazer as necessidades pessoais e profissionais dos alunos. Também são tecidas considerações sobre a proposta da educação por competências, que é o modelo formalmente adotado pela ETEC “Prof. José Ignácio Azevedo Filho”, integrante do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS), onde ocorreu a experiência ora relatada.

No segundo capítulo, são abordados os aspectos metodológicos da experiência pedagógica que é objeto do presente estudo, com a descrição pormenorizada da prática pedagógica implementada, desde o planejamento à execução.

No terceiro capítulo, são analisados e discutidos os resultados da experiência pedagógica que ensejou o trabalho monográfico em pauta.

Ao final deste estudo, foi possível considerar que é positivo, na concretização da educação jurídica utilizar *smartphones* e outros recursos tecnológicos como instrumento de apoio educacional, o que pode agregar qualidade à prática pedagógica e despertar o interesse dos alunos pela participação ativa na construção do aprendizado.

## **2 NOTAS CONCEITUAIS SOBRE AS TRANSFORMAÇÕES DO ENSINO JURÍDICO, PROTAGONISMO DO ALUNO NA EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA, EDUCAÇÃO POR COMPETÊNCIAS E USO DE MÍDIAS NA EDUCAÇÃO**

Neste capítulo são tecidas considerações sobre a evolução do ensino jurídico, a importância do uso de tecnologia e mídias na educação, sobre a necessidade de fomento aos valores da Educação Empreendedora para satisfazer as necessidades pessoais e profissionais dos estudantes e sobre a proposta de educação por competências.

### **2.1 Ensino jurídico: transformações sociais e novos desafios**

Geralmente o professor é reconhecido como o sujeito ativo no processo educacional, ou seja, na educação tradicional, compete ao professor protagonizar a construção do aprendizado, conforme enuncia FARIA (2014, p. 39/40):

O ensino tradicional do sistema jurídico romano-germânico é marcado pela produção de um conhecimento descritivo e sistemático dos institutos e normas jurídicas codificadas, que compõe uma formação formalista e sustentada em aulas excessivamente expositivas.

Agrega-se a essas características uma tradição de ensino vinculada ao domínio dos sistemas de regras de âmbito nacional, considerados os limites tradicionais de alcance da ordem jurídica de cada País.

O ofício do professor tem se transformado profundamente nas últimas décadas. Isso porque a prática pedagógica tende a alinhar-se às perspectivas da própria sociedade em que a educação se desenvolve, e a sociedade não é estática: ela muda constantemente, assim como as inquietações e anseios dos sujeitos nela inseridos. Destarte, conforme ensina TEIXEIRA (2010, p. 14), *“cabe ao professor mudar em si a acomodação comum e reconstruir seus instrumentais teóricos e metodológicos para mudar na sociedade as mazelas que a educação pode sanar.”*

Extrai-se, do preceito acima reproduzido, que o exercício do magistério implica em romper com as barreiras do comodismo do próprio professor, que deve estar pronto para rever amiudadamente suas práticas e a fundamentação que as embasam, para que possa efetivamente contribuir para a solução das mazelas sociais.

A preleção de MATTERS e BRETTAS DUARTE (2018, p. 115) chama a atenção para o fato de que o ensino jurídico não está isento dessa necessidade de renovação de que carece o ensino como um todo na sociedade contemporânea:

O ensino jurídico necessita de muito mais do que a simples transmissão de conhecimentos formais e de leitura da lei, mas necessita educar para a liberdade, para a cidadania e para a humanização. É imperativo um novo pensamento, que se conheça mais a humanidade da humanidade, mas para que isso ocorra, é necessária uma mudança de pensamento das pessoas que fazem parte desse sistema, a iniciar pelo corpo docente e discente.

É necessário repensar a educação jurídica para que ela se alinhe aos valores e necessidades inerentes ao contexto social em que a educação se desenvolve. O ensino voltado para as necessidades sociais vai além do mero tecnicismo: ganha o sentido de humanização.

FARIA (2014, p. 41), destaca que o ensino jurídico precisa adaptar-se ao momento histórico em que o professor e o aluno vivem, marcado pelo uso de tecnologias e pela globalização: *“Transformou-se radicalmente o volume de conhecimentos e desenvolveram-se novos instrumentos para organizá-los, acessá-los e transmiti-los.”*

Assim, graças à globalização e ao desenvolvimento tecnológico, vislumbra-se uma nova concepção, que, segundo FARIA (2014, p. 41) *“altera as fronteiras do direito”*. Para a autora, esse fenômeno exige *“novos tipos de análises e a apropriação de conteúdos e competências diversos, que são produzidos, armazenados e acessíveis em tempo, volume e possibilidades muito distintos daquela em que se forjou a tradição do ensino jurídico”*.

Sobre a humanização do ensino jurídico e alinhamento pedagógico aos valores e necessidades sociais, MATTERS e DUARTE (2018, p. 115) defendem que o grande desafio do ensino jurídico é *“direcionar-se em busca de uma prática jurídica voltada às necessidades, aos conflitos e aos problemas da vida humana em seus aspectos social, cultural, político e filosófico, enfim, à humanidade”*. Isso porque, segundo os autores, a vida humana é complexa e se transforma incessantemente, revelando assim novos desafios ao Direito.

VIEIRA (2010, p. 19) salienta a questão dialética que envolve a relação entre o Direito e a sociedade e, por conseguinte, o próprio ensino do Direito, que, segundo a autora, *“é caracterizado pelas condições específicas e vigentes de um determinado contexto,*

*construído sob a influência de fatores socioeconômicos e histórico-culturais peculiares, que possibilitam transformações da crítica e reflexão.”*

Em vista do exposto, constata-se que o Direito transmuda conforme os contornos das transformações da própria sociedade em que o Direito se realiza. O ensino do Direito, por sua vez, tende a transformar-se de acordo com as mutações que ocorrem na sociedade, sofrendo influência da cultura e dos demais fatores que caracterizam esse universo social. Nas palavras de VIEIRA (2010, p. 19): *“as práticas sociais modificam o saber e criam novos saberes, que tentam se ajustar, de forma admissível, ao meio em que foram introduzidos.”*

É patente, nesse diapasão, que o ensino do Direito precisa acompanhar as mudanças que afetam a experiência social. Trata-se, indubitavelmente, de um imenso desafio: alinhar o ensino jurídico às necessidades e problemas que permeiam os vários aspectos da vida humana.

## **2.2 Sobre o uso de mídias e recursos tecnológicos na educação jurídica**

A importância da modernização do ensino jurídico a partir do uso de mídias e tecnologias na educação tem sido enunciada por vários estudiosos nas últimas décadas. Nesse sentido, aponta BURGARELLI (2011, p. 7):

O ensino jurídico passa por um momento de reflexão e criação de elementos reformuladores, para que seja possível a revisão de sua estrutura. As atividades relacionadas ao ensino jurídico precisam ser adequadas aos novos conceitos de mídias educacionais, de tecnologias de informação e comunicação e recursos digitais, legitimando assim uma nova modelação e mentalidade no universo acadêmico do Direito.

O pensamento de Burgarelli parte da premissa de que a sociedade se metamorfoseia continuamente. Logo, transforma-se também o próprio conhecimento –

inclusive o conhecimento jurídico – de modo que nasce a necessidade de adequar a prática do ensino jurídico às novas realidades sociais. Para o autor, os professores da área jurídica também precisam reformular a prática docente, inclusive incorporando nessa prática o uso de mídias educacionais e tecnologias da informação e comunicação.

O uso de mídias e tecnologias na educação jurídica não se restringe à educação a distância (EAD): é possível a utilização de mídias e recursos tecnológicos como ferramentas de apoio na educação jurídica presencial. Ademais, há registros de inúmeras pesquisas relatando experiências na prática de educação jurídica híbrida, que se caracteriza por verdadeira comunhão entre os recursos da educação presencial e da educação a distância.

SANTOS (2018, p. 40), explica que a educação jurídica híbrida seria a *“convergência entre o virtual e o físico de espaços intersticiais, formando espaços conectados, onde se rompe essa cisão tradicional”*. Significa reunir os recursos de ambientes virtuais de aprendizagem e aqueles próprios da educação presencial, materializando a convergência de mídias para que se alcance a integração entre os sujeitos do processo educacional – tanto presencialmente quanto virtualmente.

Quanto à educação, seja ela presencial, a distância ou híbrida, é explícito que uma nova realidade social demanda aperfeiçoamento das práticas educacionais, afinal, as pessoas vivem no mundo e a elas a educação se dirige. No que concerne a ensino jurídico, FARIA (2014, p. 51) aduz que *“um mundo em rede exige uma educação em rede para que esta não fique fora do mundo”*.

BRUCH e GOULART (2015, p. 11), ressaltam que o uso de mídias e tecnologias não tem o condão de resolver automaticamente o desafio de se construir a educação jurídica de qualidade: *“utilização de qualquer tecnologia no ensino não é garantia*

*de melhora do aprendizado. O excesso de tecnologia pode até prejudicar o ensino. A forma (ambientes virtuais) não pode ser mais importante do que o conteúdo.”*

Da preleção acima transcrita, infere-se que o professor não deve priorizar a metodologia de ensino em detrimento do conteúdo: a didática é tão importante quanto a profundidade dos ensinamentos desenvolvidos.

FARIA (2014, p. 55), refletindo sobre *"a sociedade do conhecimento, o processo de constitucionalização do direito ou a crise das categorias sociais sobre as quais o direito se constitui"*, chega à seguinte conclusão: *"não podem ser entendidas dentro de uma perspectiva de construção de modelos homogêneos e uniformes"*. Isso porque o Direito, que é um fato ou fenômeno social, tem suas transformações atreladas às da própria sociedade, que é heterogênea, de modo que não subsiste uma prática docente que possa ser aplicada indistintamente e universalmente a todas as pessoas ou grupos sociais, eis que há inúmeros fatores – inclusive culturais – que permeiam os processos de ensino e de aprendizagem.

BURGARELLI (2011, p. 7), sobre a importância de incorporar novas mídias e recursos tecnológicos às práticas docentes, afirma:

É fundamental que se estabeleça dentro das instituições e dos corações dos profissionais de educação verdadeira força transformadora, para que, enfim, seja concretizada a implementação de novas práticas educacionais voltadas à formação do estudante do século XXI.

Depreende-se, da análise da lição acima transcrita, que na visão do autor, evidenciam-se a importância e a necessidade de promover a inovação no âmbito do ensino jurídico, incorporando às metodologias de ensino, como parte da resposta pedagógica à nova realidade, recursos de tecnologia da informação e comunicação às metodologias de ensino, rompendo com a pedagogia tradicional, aprimorando as técnicas e práticas. Para o autor, é



preciso contextualizar a experiência pedagógica às experiências sociais que marcam a existência e o cotidiano do aluno.

### **2.3 O protagonismo educacional do aluno e a Educação Empreendedora**

É crescente, no campo da Educação, o número de estudos que asseveram a importância do protagonismo do aluno para o sucesso de seu próprio aprendizado. Nesse sentido, leciona MARQUES (2010, p. 13):

O ensino dogmático e retórico está cedendo espaço para o ensino dinâmico, plural, com a participação e a co-responsabilidade dos alunos, a educação bancária está sendo superada e ao longo se vislumbra a cada dia a construção de uma inteligência coletiva.

O aluno protagonista é o aluno que reconhece a necessidade de sua própria atuação para que a educação aconteça, apropriando-se de informações, desenvolvendo habilidades e competências que lhe permitirão construir o aprendizado.

O aluno protagonista não é um mero receptor de informações: ele as recebe, interpreta, aplica, transforma, transmite. Isso posto, o aluno protagonista é, concomitantemente, emissor e receptor de informações, ao contrário do que se verificava na educação tradicional.

O aluno protagonista potencializa a construção do conhecimento sob uma perspectiva coletiva, já que é emissor e difusor de informações, transformando sua própria realidade, ao mesmo tempo em que interfere na realidade alheia.

O aluno protagonista demanda que o professor adote novas práticas: se na educação tradicional o professor era o centro difusor do conhecimento, agora cabe a ele agir como mediador entre o aluno e a informação, para que o conhecimento seja construído com ampla participação do aluno, que não é uma “tábula rasa”.

Admitir que o aluno pode protagonizar seu próprio aprendizado não é uma novidade. O Método Socrático, conhecido como Maiêutica, já priorizava essa abordagem.

MARCONDES (2007, p. 49) relata que para Sócrates, o conhecimento emana de um processo reflexivo do indivíduo:

(...) resultado de um processo de reflexão do próprio indivíduo, que descobrirá, a partir de sua experiência, o sentido daquilo que busca. Isso se dá através de sucessivos graus de abstração e do exame do que essa própria experiência envolve, explicitando o que no fundo já está contido nela. Trata-se de um exercício intelectual em que a razão humana deve descobrir por si própria aquilo que busca.

Sócrates, com sua Maiêutica, fazia o papel de professor mediador, favorecendo o protagonismo do aluno. Isso ganha destaque na lição de MARCONDES (2007, p. 50), ao explicar que Sócrates dialogava não como dono do conhecimento, mas como um provocador junto aos seus discípulos: *“Sócrates jamais responde as questões que formula, apenas indica quando as respostas de seu interlocutor são insatisfatórias e por que o são. Procura apenas indicar o caminho, a ser percorrido pelo próprio indivíduo.”*

FREIRE (1987, p. 75), em sua clássica Pedagogia do Oprimido, também já anunciava que a educação é um processo coletivo, revelando a magnitude da participação ativa do aluno: *“não se pode afirmar que alguém liberta alguém, ou que alguém se liberta sozinho, mas que os homens se libertam em comunhão”*. Nota-se que a educação se materializa, para esse autor, na troca de experiências, ou seja, a educação é uma construção coletiva.

Rubem Alves (2002) ensina que a curiosidade é um estímulo ao pensamento: *“Curiosidade é uma coceira que dá nas idéias... (...) Os gregos diziam que a cabeça começa a pensar quando os olhos ficam stupidificados diante de um objeto. Pensamos para decifrar o enigma da visão. Pensamos para compreender o que vemos”*.

Quando o protagonismo do aluno no processo educacional é incentivado, abrem-se as portas para que a educação se consume como prática da liberdade. Nesse sentido, ensina HOOKS (2017, p. 35):

Quando a educação é a prática da liberdade, os alunos não são os únicos chamados a partilhar, a confessar. A pedagogia engajada não busca simplesmente fortalecer e capacitar os alunos. Toda sala de aula em que for aplicado um modelo holístico de aprendizado será também

um local de crescimento para o professor, que será fortalecido e capacitado por esse processo.

A educação como prática da liberdade assenta-se no protagonismo educacional do aluno. Segundo HOOKS (2017, p. 35), essa prática educacional, que remonta a elementos encontrados na obra de Paulo Freire, Thich Nhat Hanh e outros, parte da axioma de que o trabalho do professor *“não é o de simplesmente partilhar informação, mas sim o de participar do crescimento intelectual e espiritual dos nossos alunos”*.

Uma das propostas pedagógicas contemporâneas que priorizam o protagonismo do aluno nos processos de ensino e aprendizagem é a chamada “Educação Empreendedora”.

Estudiosos apontam a Educação Empreendedora como um caminho para o enfrentamento das transformações verificadas na educação contemporânea, sugerindo que o papel ativo na construção do conhecimento não compete exclusivamente ao professor, sendo fundamental que o aluno também adote uma postura ativa no desenvolvimento do próprio aprendizado. Nesse sentido, proclama DOLABELA (2003, p. 130-131):

A tarefa da educação empreendedora é principalmente fortalecer os valores empreendedores na sociedade. É dar sinalização positiva para a capacidade individual e coletiva de gerar valores para toda a comunidade, a capacidade de inovar, de ser autônomo, de buscar a sustentabilidade, de ser protagonista. Ela deve dar novos conteúdos aos antigos conceitos de estabilidade e segurança – impregnados na nossa cultura, mas referentes a contextos hoje inexistentes.

DOLABELA (2014) explica que não se deve confundir os valores do empreendedorismo com os valores do capitalismo:

Não se trata de uma estratégia pedagógica destinada exclusivamente a preparar os alunos para criar uma empresa. Ela desenvolve o potencial dos alunos para serem empreendedores em qualquer atividade que escolherem: empregados do governo, do terceiro setor, de grandes empresas, pesquisadores, artistas, etc.. E também, evidentemente, para serem proprietários de uma empresa, se esta for a sua escolha. Cabe ao aluno, e somente a ele, fazer opções profissionais e decidir que tipo de empreendedor irá ser.

A Educação Empreendedora não prioriza a busca pelo enriquecimento pessoal, mas a preparação do indivíduo para que possa desenvolver competências que lhe permitam participar ativamente da vida em sociedade, melhorando não apenas sua vida pessoal, mas a da própria sociedade em que vive. Decorre daí a afirmação de Dolabela de que não se pode confundir os valores do empreendedorismo de sua proposta pedagógica com os valores do capital.

A Educação Empreendedora propõe uma abordagem humanista, que tem o sentido do desenvolvimento social. Se a Educação Empreendedora indica, ao menos teoricamente, um caminho para estimular o protagonismo educacional do aluno, justifica-se a iniciativa destinada a investigar a aplicabilidade desses métodos e valores no contexto do ensino jurídico.

#### **2.4 A educação por competências**

A prática pedagógica que é objeto do presente relato de experiência ocorreu na ETEC “Prof. José Ignácio Azevedo Filho”, que integra o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS).

O CEETEPS adota o modelo de ensino por competências, o que implica, por conseguinte, que o professor deve promover a avaliação por competências.

KETELE (2006), assim conceitua competência:

(...) a competência é a capacidade de mobilizar (identificar, combinar e activar) um conjunto de saberes, de saberes-fazer e de saber-ser para resolver uma família de situações-problemas (e não simples aplicações) ou, se se tratar de aprendizagens linguísticas, de produzir os actos de comunicação significativos (isto é, em que o emissor tem em conta o destinatário, a mensagem a transmitir e o contexto de comunicação).

Em outras palavras, competência refere-se à capacidade de um indivíduo de mobilizar um conjunto de recursos ou aptidões (cognitivas, afetivas, gestuais, relacionais, etc) para realizar determinadas tarefas ou solucionar situações-problema.

Sobre a proposta de promover a avaliação por competências, afirma SANTOS (2003):

Se tivermos presente, por um lado, o significado de competência e, por outro, as recentes orientações relativas à avaliação, concluímos que avaliar competências é sobretudo entendido como um processo regulador da vivência dos alunos durante as referidas experiências de aprendizagem. Assim, falamos de um processo intencional e continuado, que vai acontecendo no dia-a-dia da sala de aula e que é marcado por um conjunto de orientações das quais destacamos: (i) desenvolver-se num ambiente de confiança, onde errar é visto como natural e não penalizador; (ii) privilegiar-se uma observação formativa em situação e no quotidiano; e (iii) favorecer-se a metacognição como fonte de auto-regulação.

Da explanação acima transcrita, depreende-se que, se a educação por competências implica em promover o ensino concatenando teoria e prática, visando um conjunto de saberes e habilidades aplicáveis à resolução de problemas e situações, a avaliação por competências não pode fugir a esse processo: a avaliação não fica adstrita ao mero saber teórico, ou seja, deve abranger o saber, o fazer e o “saber fazer”.

CHAVES e PARENTE (2011), em estudo de caso envolvendo projeto escolar de empreendedorismo à luz do ensino por competências, em Portugal, reconhecem que existe um alinhamento entre os valores da Educação Empreendedora e o aprendizado por competências:

Os saberes escolares adquiridos, ao serem mobilizados em competências, potenciam nos jovens uma nova capacidade de enfrentar a mudança e a capacidade de acção e reacção a novos desafios. Entende-se, deste modo, que estes projectos são potenciadores do desenvolvimento de competências para empreender ao longo da vida.

A inferência acima colacionada denota-se que, para os autores, a proposta do fomento ao aprendizado por competências pode ser implementada conjuntamente com a proposta de Educação Empreendedora. A Educação Empreendedora, conforme textificado, também assenta-se no protagonismo educacional do aluno. Por conseguinte, embora distintas, a proposta da Educação Empreendedora e a da educação por competências não são incompatíveis entre si, especialmente porque ambas privilegiam o pilar do protagonismo educacional do aluno e o desenvolvimento, a partir da postura ativa do aluno, visando a apropriação de saberes, habilidades e competências.

### **3 ASPECTOS METODOLÓGICOS DA EXPERIÊNCIA PEDAGÓGICA ORA RELATADA**

O presente estudo consiste em um relato da experiência realizada junto aos alunos do Segundo Módulo do curso Técnico em Farmácia da ETEC “Prof. José Ignácio Azevedo Filho”, em Ituverava-SP, no componente curricular denominado “Ética e Cidadania Organizacional”, durante o segundo semestre letivo de 2018.

Os sujeitos participantes da experiência ora relatada foram o professor – autor do presente estudo – e os estudantes que se encontravam matriculados, durante o Segundo Semestre Letivo de 2018, no Segundo Módulo do curso Técnico em Farmácia da ETEC “Prof. José Ignácio Azevedo Filho”, em Ituverava-SP.

A experiência pedagógica foi realizada durante o período de 25/09/2018 a 02/10/2018, mormente no componente curricular denominado “Ética e Cidadania Organizacional”.

A realização da experiência pedagógica em pauta partiu da premissa de que os alunos envolvidos revelam a necessidade de receber estímulo ao protagonismo educacional, em atividades didáticas que estimulem o aprendizado com o apoio de mídias na educação, visando o desenvolvimento de competências ligadas à atuação profissional.

O presente relato de experiência baseou-se na metodologia denominada pesquisa descritiva.

O método de pesquisa descritiva implica na descrição analítica de uma experiência, situação ou fenômeno. De acordo com GIL (2002), as pesquisas descritivas são, em conjunto com as pesquisas exploratórias, as que habitualmente são realizadas pelos pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática. Contribuir com o aprimoramento das práticas de ensino jurídico é justamente um dos objetivos fundamentais do presente estudo.

As atividades pedagógicas que nortearam a experiência ora descrita foram concebidas com fulcro no conceito de Educação Empreendedora, na Educação por Competências, no objetivo de estimular o protagonismo educacional do aluno e na proposta viabilizar práticas docentes inovadoras na área jurídica, com apoio do uso de mídias e recursos tecnológicos.

Trata-se, o curso Técnico em Farmácia, de formação profissionalizante de nível médio com duração de três semestres (ou módulos) letivos.

As atividades ora relatadas ocorreram mediadas por um único professor.

O trabalho pedagógico que é objeto do presente estudo foi desenvolvido em duas etapas, a saber:

- **1ª Etapa:** Pesquisa exploratória, protagonizada pelos alunos, realizada no dia 25/09/2018, das 19h00 às 20h50;
- **2ª Etapa:** Seminários, protagonizados pelos alunos, realizados no dia 02/10/2018, das 19h00 às 20h50;

### **3.1 A Primeira Etapa do Trabalho Pedagógico Realizado**

A Primeira Etapa do trabalho pedagógico que é objeto do presente estudo ocorreu na noite de 25/09/2018, durante um bloco de 2,5 horas-aula, ocorridas no período compreendido entre 19h00 e 20h50.

Inicialmente, o professor da disciplina “Ética e Cidadania Organizacional” ministrou aula expositiva e dialogada sobre o tema “saúde e segurança do trabalho”.

Durante a aula expositiva e dialogada, que teve duração aproximada de quarenta minutos, o professor conversou com os alunos, explicando e esclarecendo dúvidas sobre desdobramentos do tema abordado, como, por exemplo: conceito de risco ocupacional, como identificar fatores de risco ocupacional, como desenvolver um trabalho preventivo para evitar acidentes de trabalho e a importância de propor e implementar soluções. Também foram discutidas, sucintamente, as implicações jurídicas de acidentes de trabalho.

Durante a aula expositiva e dialogada, os alunos verbalizaram não apenas dúvidas, mas contaram casos ligados às suas respectivas experiências pessoais sobre acidentes de trabalho e riscos ocupacionais.

Após o momento de exposição e diálogo, os alunos foram encorajados pelo professor a percorrer e explorar as dependências da unidade escolar (ETEC “Prof. José Ignácio Azevedo Filho”), organizados em grupos de até cinco integrantes cada. Cientes de



que o ambiente escolar também é um ambiente de trabalho, eis que laboram, nele, professores, equipe gestora, profissionais de limpeza, entre outros, os alunos receberam e executaram, em grupos, a missão de identificar, na unidade escolar, possíveis fatores de risco ocupacional, documentando esses fatores por meio de registros visuais colhidos com suas próprias câmeras digitais ou *smartphones*.

Sob a supervisão do professor, os alunos peregrinaram pela unidade escolar, explorando livremente salas de aula, instalações sanitárias, pátio, laboratórios, corredores, enfim, todo o ambiente escolar, colhendo registros fotográficos, videográficos e produzindo anotações pessoais sobre cada fator de risco identificado, inclusive localização física.

Em 25/09/2018, percorrendo as instalações escolares na busca por possíveis fatores de risco ocupacional, municiados com seus próprios *smartphones* ou câmeras digitais, os alunos colheram registros em fotografias e vídeos, quanto às situações de risco ocupacional identificadas. Após, em grupos, analisaram e discutiram a gravidade dos fatores de risco identificados, pesquisando e explicitando possíveis soluções para os problemas em questão.

Durante o momento de discussão entre os integrantes de cada grupo, o professor permaneceu dialogando separadamente com esses grupos, colocando-se à disposição para sanar dúvidas.

Nesta primeira etapa do trabalho pedagógico desenvolvido, frisa-se que o objetivo central não era o uso de recursos tecnológicos para a coleta de registros: o objetivo central era despertar a curiosidade dos alunos, e o aprendizado a partir da experiência por eles protagonizada. O uso de mídias revela-se, nesse contexto, não a finalidade, mas o meio escolhido para que a experiência educacional se tornasse mais instigante.

Conforme já explicitado no capítulo anterior, a prática pedagógica que reconhece o protagonismo do aluno implica em reconhecer que as relações educacionais são dialéticas, ou seja, o professor impacta a realidade do aluno, mas o aluno também impacta a sua. Logo, a educação é uma construção coletiva, cooperativa, plural.

Nesta etapa, os alunos foram avaliados mediante observação direta, pelo professor, com base nos seguintes critérios avaliativos: assiduidade, cumprimento de tarefas individuais e interatividade, colaboração e cooperação.

### 3.2 A Segunda Etapa do Trabalho Pedagógico Realizado

Na segunda etapa da atividade, ocorrida em 02/10/2018, os alunos expuseram ao professor e aos colegas, na forma de seminários realizados em grupos, os resultados da pesquisa exploratória realizada em 25/09/2018.

Para a apresentação dos seminários ocorridos em 02/10/2018, os alunos utilizaram um *notebook* sem acesso à *internet* e um *projektor multimídia*, equipamentos disponibilizados pela unidade escolar mediante agendamento prévio feito pelo professor junto à Diretoria de Serviços Administrativos, que controla o agendamento de laboratórios de informática e equipamentos multimídia.

Para a apresentação dos seminários, os alunos utilizaram, extraclasse, recursos tecnológicos próprios (*desktops* ou *notebooks*) e/ou os laboratórios de informática da própria unidade escolar.

Na apresentação ocorrida no dia 02/10/2018, os alunos verbalizaram, com apoio de imagens e vídeos obtidos durante a pesquisa exploratória desenvolvida na primeira etapa do trabalho pedagógico realizado, suas conclusões sobre os fatores de risco identificados, explicitando a gravidade de cada fator de risco e descrição das características e consequências de acidentes possíveis, além de caminhos para solucionar os problemas analisados.

As imagens e vídeos coletados durante a primeira etapa da atividade, ocorrida em 25/09/2018, foram organizadas pelos alunos na forma de *slides* apresentados como apoio para ilustrar as falas dos alunos durante o seminário do dia 02/10/2018. Apenas um grupo de alunos não utilizou *slides*, optando por apenas conectar o *smartphone* diretamente ao projetor multimídia e exibir os registros fotográficos e videográficos colhidos.

Nesta etapa, os alunos foram avaliados mediante observação direta, pelo professor, com base nos seguintes critérios avaliativos: assiduidade, cumprimento de tarefas individuais e interatividade, colaboração e cooperação, pontualidade e cumprimento de prazos, argumentação consistente, clareza na expressão oral e escrita, coerência e coesão, organização, pertinência das informações, relacionamento de conceitos e relacionamento de ideias.

### 3.3 Avaliação

Foram colhidos, pelo professor, registros fotográficos da participação dos alunos em ambas as etapas do trabalho.

Os alunos foram avaliados, tanto na primeira quanto na segunda etapa do trabalho pedagógico desenvolvido, por observação direta.

O conteúdo programático das aulas, os critérios de avaliação e a presença dos alunos foram registrados pelo professor nos diários do sistema informático mantido pela unidade escolar (ETEC “Prof. José Ignácio Azevedo Filho”, que integra o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza - CEETEPS).

Insta esclarecer que nas escolas do CEETEPS, as menções individuais dos alunos são categorizadas da seguinte forma:

- MB (Muito bom);
- B (Bom);
- R (Regular);
- I (Insuficiente).

Os alunos com menção MB, B ou R tendem à aprovação, desde que sejam atendidos os critérios preconizados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/1996) – inclusive frequência escolar. Os alunos com menção I não estão aptos a aprovação, embora tenham o direito de participar de propostas de recuperação contínua, protestar por revisão de provas, enfim, o exercer o direito constitucional de exercer o contraditório e a ampla defesa.

Na atividade do dia 25/09/2018, os alunos foram avaliados individualmente, pelo professor, com base em observação direta quanto ao cumprimento de atividades durante a aula, conforme os seguintes critérios de avaliação:

- **Assiduidade:** refere-se à frequência escolar do aluno, ou seja, se o aluno esteve presente nas aulas em que foi realizada a prática pedagógica em questão;

- **Cumprimento de tarefas individuais:** refere-se ao engajamento pessoal do aluno, isto é, se o aluno participou ativamente das atividades exploratórias ou permaneceu inerte;
- **Interatividade, cooperação e colaboração:** refere-se ao aspecto relacional e contributivo da atividade, ou seja, se o aluno colaborou com sua equipe de trabalho visando a solução do problema proposto.

Na atividade do dia 02/10/2018, os alunos foram avaliados individualmente, pelo professor, com base em observação direta quanto ao seminário realizado em grupos, conforme os seguintes critérios de avaliação:

- **Assiduidade:** refere-se à frequência escolar do aluno, ou seja, se o aluno esteve presente nas aulas em que foi realizada a prática pedagógica em questão;
- **Cumprimento de tarefas individuais:** refere-se ao engajamento pessoal do aluno, isto é, se o aluno participou ativamente das atividades exploratórias ou permaneceu inerte;
- **Interatividade, cooperação e colaboração:** refere-se ao aspecto relacional e contributivo da atividade, ou seja, se o aluno colaborou com sua equipe de trabalho visando a solução do problema proposto;
- **Pontualidade e cumprimento de prazos:** por tratar-se de atividade pedagógica previamente agendada, é verificada a organização preliminar do aluno para apresentar o trabalho na data e horário propostos pelo professor;
- **Argumentação consistente:** verifica-se a solidez e fundamentação dos argumentos utilizado pelos alunos durante a apresentação;
- **Clareza na expressão oral e escrita:** refere-se à qualidade da expressão verbal do aluno durante a apresentação verbal e também quanto à adequação do material de apoio (*slides* e mídias) exposto como subsídio ao que foi verbalizado;

- **Coerência e coesão:** trata-se de avaliar se a apresentação do aluno guarda nexos com o problema proposto;
- **Organização:** consiste em verificar se o aluno preparou previamente os materiais de apoio, os respectivos suportes para utilização (*pen drives, CD 's ou DVD 's*) e a distribuição de papéis e momentos de fala de cada um, no grupo, durante a apresentação;
- **Pertinência das informações, relacionamento de conceitos e relacionamento de ideias:** diz respeito ao aspecto formal dos conceitos teóricos desenvolvidos, se o aluno demonstra ter relacionado teoria e prática, desenvolvendo a competência profissional almejada.

Conforme já explanado alhures, as escolas do Centro Paula Souza adotam o sistema de ensino por competências, o que implica, por conseguinte, que o professor deve promover a avaliação por competências.

De acordo com o Plano de Curso nº 172 do CEETEPS, de 11/10/2011, atualizado conforme a matriz curricular homologada para o 1º semestre de 2018, a disciplina Ética e Cidadania Organizacional, no curso Técnico em Farmácia destina-se a desenvolver, junto aos alunos, as seguintes competências, entre outras:

- **Competência nº 1:** Analisar os Códigos de Defesa do Consumidor, da legislação trabalhista, do trabalho voluntário e das regras e regulamentos organizacionais.
- **Competência nº 3:** Relacionar as técnicas e métodos de trabalho com os valores de cooperação, iniciativa e autonomia pessoal e organizacional.

Assim, as atividades pedagógicas e avaliativas ocorridas em 25/09/2018 e 02/10/2018 destinavam-se a fomentar a apropriação parcial, pelo aluno, das competências acima aludidas.

A competência nº 01 foi trabalhada parcialmente durante as referidas atividades, já que permitiu ao aluno analisar aspectos da legislação trabalhista, especialmente as questões afetas à saúde e segurança do trabalho, sem abordar, no entanto, o “Código de Defesa do Consumidor” ou a temática do “trabalho voluntário”, já que são temas específicos que foram abordados em outros momentos durante o semestre letivo.

A competência nº 03 foi trabalhada integralmente durante a referida atividade, já que permitiu ao aluno concatenar teoria e prática, aplicando os valores da cooperação, iniciativa e autonomia pessoal em relação aos problemas propostos, refletindo também sobre os aspectos burocráticos organizacionais da unidade educacional no sentido de implementar as soluções idealizadas pelos alunos.

Quanto ao desempenho individual dos alunos, foi devidamente registrado pelo professor em diário de classe através de avaliações baseadas em observação direta.

## 4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo, são analisados e discutidos os resultados da experiência pedagógica que ensejou o trabalho monográfico em pauta.

### 4.1 Expectativas

Conforme já aduzido no Capítulo anterior, o trabalho pedagógico que é objeto do presente estudo foi desenvolvido em duas etapas, a saber:

- **1ª Etapa:** Pesquisa exploratória, protagonizada pelos alunos, realizada no dia 25/09/2018, das 19h00 às 20h50;
- **2ª Etapa:** Seminários, protagonizados pelos alunos, realizados no dia 02/10/2018, das 19h00 às 20h50;

As atividades pedagógicas ocorridas nos dias 25/09/2018 e 02/10/2018 não foram aleatórias: derivaram de planejamento constante no Plano de Trabalho Docente elaborado pelo professor da disciplina Ética e Cidadania Organizacional e devidamente aprovado pelo Coordenador do Curso Técnico em Farmácia da ETEC “Prof. José Ignácio Azevedo Filho”, ratificadas pelo Diretor da unidade escolar mediante portaria administrativa, logo no início do semestre letivo.

As atividades didáticas em pauta foram elaboradas tendo em vista as competências propostas para o componente curricular conforme o Plano de Curso nº 172 do CEETEPS, de 11/10/2011, atualizado conforme a matriz curricular homologada para o 1º semestre de 2018, a disciplina Ética e Cidadania Organizacional, no curso Técnico em Farmácia.

A meta do professor era desenvolver junto ao aluno, por meio das referidas atividades pedagógicas, a capacidade de analisar a legislação trabalhista (aspectos relativos a saúde e segurança do trabalho), bem como a capacidade do aluno de relacionar as técnicas e métodos de trabalho com os valores de cooperação, iniciativa e autonomia pessoal e organizacional.

O professor pretendia, com foco nas competências acima referidas, desenvolver as referidas competências junto ao aluno por meio de prática docente híbrida,

pautada no protagonismo educacional do aluno, nos valores da Educação Empreendedora, com apoio de uso de mídias e recursos tecnológicos.

#### **4.2 Resultados obtidos**

Os resultados obtidos durante as atividades pedagógicas e avaliativas ocorridas em 25/09/2018 e 02/10/2018 indicam que os alunos se apropriaram das competências acima aludidas.

A competência nº 01 (*“Analisar os Códigos de Defesa do Consumidor, da legislação trabalhista, do trabalho voluntário e das regras e regulamentos organizacionais”*) foi trabalhada parcialmente durante as referidas atividades, já que permitiu efetivamente aos alunos analisar aspectos da legislação trabalhista, especialmente as questões inerentes a saúde ocupacional e segurança do trabalho, que têm uma conexão direta com a área de atividades dos futuros Técnicos em Farmácia. Os temas “Código de Defesa do Consumidor” e “trabalho voluntário” não foram contemplados no contexto das atividades pedagógicas descritas, já que são foram abordados de forma específica em outros momentos do o semestre letivo.

A competência nº 03 (*“Relacionar as técnicas e métodos de trabalho com os valores de cooperação, iniciativa e autonomia pessoal e organizacional”*) foi trabalhada integralmente durante a referida atividade, eis que permitiu ao aluno concatenar teoria e prática, aplicando os valores da cooperação, iniciativa e autonomia pessoal em relação aos problemas propostos, refletindo também sobre os aspectos burocráticos organizacionais da unidade educacional no sentido de implementar as soluções idealizadas pelos alunos.

Por meio de observação direta, o professor verificou, vendo em vista os critérios de avaliação por competências propostos para casa uma das atividades realizadas, que:

- Os alunos compreenderam de forma satisfatória o funcionamento a importância de se identificar fatores de risco ocupacional e propor soluções para eliminar ou minimizar os riscos;
- Os alunos compreenderam de forma satisfatória como identificar fatores de risco ocupacional;



- Os alunos compreenderam de forma satisfatória como planejar a solução de fatores de risco ocupacional, inclusive os aspectos – e entraves – burocráticos e financeiros que devem ser considerados no contexto de uma organização ou instituição;
- Os alunos compreenderam de forma satisfatória como documentar os fatores de risco ocupacional, visando produzir provas processuais, apoio extraprocessual a decisões administrativas ou simplesmente alertar gestores e empresários;
- Os alunos compreenderam de forma satisfatória a importância de propor e discutir soluções para problemas de saúde e segurança do trabalho, fortalecendo e refutando argumentos;
- Os alunos colocaram em prática as habilidades relativas ao manuseio de câmeras e *smartphones*;
- Os alunos colocaram em prática suas habilidades no uso de computadores e sistemas de informação para a produção de apresentação multimídia;
- Os alunos colocaram em prática as habilidades de se comunicar em público, propagando aos colegas e ao professor, durante o seminário realizado, seus conhecimentos e impressões sobre os fatores de risco ocupacional identificados;
- Os alunos colocaram em prática a capacidade de trabalhar em equipe, planejar e executar projetos de maneira organizada.

A prática pedagógica realizada assentava-se na perspectiva de que os alunos pudessem figurar como protagonistas do processo educacional. Tal pretensão foi alcançada logo no primeiro dia de atividade (25/09/2018), eis que, com interferência mínima – meramente orientativa – do professor, os alunos organizaram-se em grupos e percorreram livremente pelo ambiente escolar, colhendo e registrando dados, tecendo observações e dialogando com seus pares sobre o objeto da observação, recorrendo ao professor em momentos de dúvida, ou simplesmente para relatar – estupefatos – fatores de risco ocupacional identificados e que não tinham despertado curiosidade antes do momento em que foi proposta a atividade.

No segundo dia de atividades (02/10/2018), o protagonismo educacional do aluno também foi nitidamente alcançado, já que os próprios alunos conduziram suas apresentações, conforme materiais previamente desenvolvidos por eles, organizando-se e delegando tarefas conforme os saberes e práticas afetos às competências pessoais e habilidades de cada aluno.

Ao viabilizar o protagonismo educacional do aluno, as características das atividades propostas também fomentaram o desenvolvimento dos valores do empreendedorismo, conforme propõe a Educação Empreendedora. De fato, considerando que a proposta da Educação Empreendedora assenta-se no **protagonismo** educacional do aluno e na **transformação**, considerando também que o empreendedorismo é a capacidade do indivíduo de transformar o mundo, oferecendo valor positivo para a coletividade, conclui-se que os estudantes que participaram das atividades pedagógicas aprimoraram tais valores, eis que, de forma cooperativa, analisaram um problema concreto e propuseram soluções que poderiam melhorar o bem-estar da coletividade e prevenir acidentes.

A proposta pedagógica realizada também incluía a perspectiva de que os alunos utilizassem, ao realizá-la, mídias e recursos tecnológicos como apoio para as atividades desenvolvidas, o que também foi alcançado. De fato, utilizando *smarphones*, os alunos coletaram registros no primeiro dia de atividades (25/09/2018). No segundo dia de atividades (02/10/2018), os alunos apresentaram em seus seminários *slides*, fotografias e vídeos preparados por eles, o que indica o manuseio de recursos multimídia, antes das apresentações e durante as apresentações dos seminários.

Em Dezembro de 2018, os alunos que participaram das atividades educacionais em tela, foram convidados a responder, facultativamente e de modo absolutamente anônimo, por meio do portal de pesquisas online [www.surveymonkey.com](http://www.surveymonkey.com), um questionário objetivo sobre os conhecimentos, habilidades, competências e opiniões relativos à experiência vivenciada nas aludidas atividades.

Embora todos os alunos participantes tenham sido convidados a responder a pesquisa, apenas treze responderam ao questionário disponibilizado em plataforma virtual. As respostas dos alunos foram coletadas pelo período de 05/12/2018 a 19/12/2018.

No questionário dirigido aos alunos, acima referido, a primeira pergunta foi a seguinte: “*Você tem smartphone ou tablet?*” O escopo da pergunta era identificar se os

respondentes tinham acesso, com recursos próprios, a dispositivos móveis de tecnologia da informação. 13 respondentes, ou seja, 100% dos respondentes afirmaram possuir *smartphones* ou *tablets*. Os dados indicam que os respondentes têm efetivo acesso a recursos tecnológicos móveis. Os dados encontram-se consolidados na Tabela 1 que consta na pág. 46 da presente obra.

No questionário aplicado, a segunda pergunta foi: “*Na aula prática do dia 25/09/2018 você usou smartphones ou tablets para fotografar fatores de risco na unidade escolar?*” O objetivo da pergunta era identificar se os respondentes utilizaram pessoalmente esses recursos tecnológicos para registrar fatores de risco existentes na unidade escolar, considerando não só o acesso individual ao recurso tecnológico. Dos 13 respondentes, apenas 1 afirmou não ter utilizado tais recursos tecnológicos para coletar os registros. Considerando que o trabalho foi desenvolvido em equipes, os dados indicam que apenas um dos respondentes não registrou pessoalmente os fatores de risco, de modo que provavelmente os registros fotográficos foram coletados por outro colega da mesma equipe. Os dados indicam, também, que os demais respondentes (92,31%) usaram efetivamente os recursos existentes para coletar registros sobre os fatores de risco existentes na unidade escolar. Os dados encontram-se consolidados na Tabela 2 que consta na pág. 47 da presente obra.

A terceira pergunta do questionário aplicado foi: “*Na aula prática do dia 25/09/2018 você usou smartphones ou tablets para gravar em vídeo os fatores de risco identificados na unidade escolar?*” O objetivo da questão era identificar se os alunos utilizaram dispositivos informáticos para coletar registros em vídeo, durante a atividade. 10 respondentes (76,92%) afirmaram que sim. 3 respondentes (23,08%) afirmaram que não. Os dados obtidos, analisados também à luz da segunda pergunta, indicam que parte significativa dos alunos respondentes explorou, em seus *smartphones* ou *tablets*, a obtenção de registros tanto fotográficos quanto videográficos. Os dados encontram-se consolidados na Tabela 3 que consta na pág. 48 da presente obra.

A quarta pergunta do questionário, com o intuito de verificar o grau de dificuldade experimentado pelos respondentes ao proceder a pesquisa exploratória para obtenção de registros fotográficos ou videográficos sobre fatores de risco no ambiente escolar, foi: “*Na aula prática do dia 25/09/2018, FILMAR ou FOTOGRAFAR os fatores de risco, em sua opinião, foi: muito fácil, fácil, difícil ou muito difícil?*” 3 respondentes (23,08%) afirmaram que foi muito fácil. 10 respondentes (76,92%) afirmaram que foi fácil. Os dados

indicam que todos os respondentes têm facilidade em utilizar câmeras de dispositivos de informática portáteis. Os dados encontram-se consolidados na Tabela 4 que consta na pág. 49 da presente obra.

A quinta pergunta visava constatar o grau de dificuldade experimentado pelos respondentes quanto a tarefa de transferir os registros fotográficos ou videográficos coletados para computadores (*desktops* ou *notebooks*) nas atividades de preparação extraclasse para a apresentação dos seminários: “*Após FILMAR ou FOTOGRAFAR os fatores de risco, você precisou transferir as imagens ou vídeos para computadores, com o objetivo de preparar a apresentação para o seminário. Classifique, conforme sua opinião, o grau de dificuldade dessa tarefa (transferir arquivos): Foi muito fácil; Foi fácil; Foi difícil; Foi muito difícil; Outra pessoa realizou essa tarefa*”. 4 respondentes (30,77%) afirmaram que foi muito fácil transferir os arquivos. 8 respondentes (61,54%) afirmaram que foi fácil transferir os arquivos. 1 respondente (7,69%) delegou a tarefa de transferir arquivos a outra pessoa. Os dados obtidos indicam que os respondentes têm facilidade no manuseio e transferência de arquivos entre computadores convencionais (*notebooks* ou *desktops*) e *smartphones* ou *tablets*. Os dados encontram-se consolidados na Tabela 5 que consta na pág. 50 da presente obra.

A sexta pergunta referia-se ao uso de projetor multimídia para a etapa expositiva da atividade, realizada no dia 02/10/2018: “*No SEMINÁRIO DE APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS, realizado no dia 02/10/2018, você utilizou PROJETOR MULTIMÍDIA?*” 13 respondentes (100%) afirmaram que sim. Os dados indicam que os estudantes utilizaram efetivamente projetores multimídia para subsidiar as verbalizações ocorridas no seminário do dia 02/10/2018. Os dados encontram-se consolidados na Tabela 6 que consta na pág. 51 da presente obra.

A sétima pergunta referia-se aos aplicativos utilizados pelos alunos para preparar, extraclasse, a etapa expositiva da atividade, realizada no dia 02/10/2018: “*Ao preparar sua apresentação para o SEMINÁRIO do dia 02/10/2018, você utilizou quais desses programas de computador: MICROSOFT POWER POINT; PAINT BRUSH; PHOTOSHOP, CORELDRAW; OUTROS (especifique).*” Embora pudessem assinalar mais de uma opção quanto aos aplicativos utilizados, 12 respondentes (92,31%) afirmaram ter utilizado apenas o Microsoft Power Point. Um respondente (7,69%) afirmou ter utilizado outro recurso, especificando em sua resposta que “*foi apenas conectado o smartphone no computador e utilizado o IMAGENS*”. Os dados obtidos indicam que os alunos não editaram ou

modificaram as imagens e vídeos obtidos, mas apenas os expuseram, seja via Microsoft PowerPoint, seja por meio do visualizador de imagens do *Microsoft Windows*. Os dados encontram-se consolidados na Tabela 7 que consta na pág. 52 da presente obra.

A oitava pergunta referia-se à disponibilidade de acesso dos respondentes a *notebooks* ou *desktops*, no contexto da preparação extraclasse da parte expositiva da prática pedagógica realizada: “*Para preparar sua apresentação para o SEMINÁRIO do dia 02/10/2018, você utilizou: NOTEBOOK OU COMPUTADOR DA UNIDADE ESCOLAR; NOTEBOOK OU COMPUTADOR PRÓPRIO; NOTEBOOK OU COMPUTADOR DE PARENTES OU AMIGOS; NOTEBOOK OU COMPUTADOR DO TRABALHO; NÃO UTILIZEI NOTEBOOK OU COMPUTADOR.*” 6 respondentes (46,15%) afirmaram ter utilizado notebooks ou computadores da unidade escolar. 6 respondentes (46,15%) afirmaram ter utilizado notebooks ou computadores próprios. 1 respondente (7,69%) afirmou não ter utilizado esses recursos. Fica evidenciado que a maioria dos respondentes teve acesso a *notebooks* ou computadores *desktop*, em casa ou na unidade escolar. Os dados encontram-se consolidados na Tabela 8 que consta na pág. 53 da presente obra.

A nona pergunta buscava captar a percepção individual dos respondentes quanto ao impacto das atividades realizadas nas competências individuais dos alunos: “*Você acredita que o conjunto de atividades dos dias 25/09/2018 e 02/10/2018 AMPLIOU SUA CAPACIDADE DE OBSERVAR E DESCOBRIR FATORES DE RISCO?*” 13 respondentes (100%) afirmaram que sim. Isso indica que os alunos acreditam que aprimoraram capacidades individuais quanto a identificar, na prática, fatores de risco. Os dados encontram-se consolidados na Tabela 9 que consta na pág. 54 da presente obra.

A décima e última pergunta visava apurar a percepção individual dos respondentes sobre o impacto das atividades realizadas quanto a outro aspecto das competências individuais dos alunos: “*Você acredita que o conjunto de atividades dos dias 25/09/2018 e 02/10/2018 AMPLIOU SUA CAPACIDADE DE PROPOR SOLUÇÕES PARA PROBLEMAS DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO?*” 13 respondentes (100%) afirmaram que sim. Isso indica que os alunos acreditam que aprimoraram capacidades individuais quanto a propor soluções para problemas de saúde e segurança do trabalho. Os dados encontram-se consolidados na Tabela 10 que consta na pág. 55 da presente obra.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo destinava-se a permitir a reflexão, a partir do relato da experiência realizada, sobre a viabilidade do emprego de recursos de mídia – especialmente *smartphones* – no âmbito da educação jurídica, num contexto marcado pelo estímulo à atitude ativa do aluno, sob a perspectiva dos valores da Educação Empreendedora. Para tanto, durante a gênese do referido estudo, adotou-se o cuidado de descrever objetivamente a prática pedagógica analisada, apresentando e avaliando os resultados obtidos, investigando as facilidades e dificuldades verificadas no desenvolvimento da prática em comento.

Os dados obtidos indicam que os alunos que participaram das práticas pedagógicas em questão têm significativa facilidade de acesso a *smartphones* ou *tablets*. Os alunos não relataram dificuldades no manuseio desses dispositivos. Isso indica que o domínio tecnológico, pelo aluno, pode ter relação com efetiva facilidade de acesso aos referidos recursos tecnológicos. Trata-se, o acesso a TIC's, de uma característica intrínseca ao grupo pesquisado.

O uso dos recursos tecnológicos, no caso em análise, não representou uma barreira, um desafio. Em um corpo discente diverso, sem pleno acesso aos referidos recursos, é possível que os resultados da experiência fossem diferentes.

Com base nos dados obtidos, fica patente a percepção dos próprios alunos quanto a terem se apropriado das competências almejadas durante o exercício das atividades dos dias 25/09/2018 e 02/2018.

O protagonismo educacional dos alunos, estimulado pelo professor, teve um impacto positivo nos resultados almejados: os alunos mostraram-se interessados e empolgados, principalmente durante a primeira etapa da atividade, ocorrida em 25/09/2018, que implicou em pesquisa exploratória no qual os alunos circularam livremente pela unidade escolar.

Quando o aluno se interessa pela experiência de aprendizado, tende a alcançar resultados mais sólidos, já que está motivado. A motivação, por si só, não basta: é fundamental que o professor cumpra seu papel de orientar o aluno em todos os momentos, não como um comandante que aponta o caminho, mas como um mentor que permanece por perto, orientando a jornada e amparando cada aluno conforme suas necessidades individuais. Cabe ao professor motivar e prestar o suporte necessário para que os alunos prosperem no desenvolvimento das competências almejadas.

Ao estimular o protagonismo do aluno, compete ao professor reconhecer que todo aluno tem saberes, habilidades e competências individuais, e que as dificuldades ou facilidades enfrentadas podem estar relacionadas também a esse conjunto de aptidões e saberes singulares. É salutar que o professor respeite essas características individuais dos alunos e, se possível, as utilize em benefício dos próprios alunos.

Estimular o protagonismo do aluno não é sinônimo de abandoná-lo, tampouco de mitigar a importância do professor nos processos de ensino e aprendizagem: trata-se de mudança de paradigmas. Significa que o professor não é o dono da verdade, dono da escola ou do aluno. Significa que o aluno tem saberes e experiências válidas, mas também não é proprietário da verdade. Significa que alunos e professores, juntos, construirão novos saberes, ampliando seus respectivos universos.

É recomendável, para que possa auxiliar os alunos na experiência pedagógica, que o professor detenha domínio sobre os saberes a serem desenvolvidos, já que o aluno, embora movido por suas curiosidades e anseios individuais, precisa do amparo pedagógico do professor. No caso em tela, por exemplo, antes de iniciar a atividade exploratória ocorrida em 25/09/2018, os alunos participaram de aula dialogada sobre o tema (saúde e segurança do trabalho). A aula teórica prestava-se ao suporte científico quanto as habilidades que seriam trabalhadas, de modo que essas duas formas de saber (teórico e prático) pudessem resultar na construção das competências almejadas. A prática, sem o devido suporte teórico, provavelmente não teria atingido resultados tão relevantes.

A experiência ora relatada também indica que os valores da Educação Empreendedora foram estimulados, graças à prática marcada pelo protagonismo educacional do aluno e ao intuito de promover a transformação – não econômica, mas social. Ao descobrir o que são e como identificar os fatores de risco ocupacional, ao discutir, investigar e propor soluções, os alunos produziram registros e materiais que poderão ser utilizados em benefício da comunidade escolar.

O experimento pedagógico em tela também confirma que é possível desenvolver o estudo de temas jurídicos de formas distintas e inovadoras, rompendo com o paradigma da educação tradicional que marca historicamente o ensino jurídico no Brasil. Também corrobora com a assertividade da premissa de que é possível promover a educação jurídica de forma inovadora e empolgante, com apoio de mídias e fomento ao protagonismo do estudante e aos valores da Educação Empreendedora.

Os alunos envolvidos nas atividades descritas no presente estudo assumiram posturas colaborativas e papéis de liderança nas várias etapas a ele relacionadas, agindo como

sujeitos dos respectivos aprendizados, despertando para a importância do papel transformador que podem exercer junto à sociedade.

Os resultados obtidos demonstram que os valores do empreendedorismo, no contexto das atividades pedagógicas aplicadas, foram estimulados, ao mesmo tempo em que eram desenvolvidas as competências próprias do componente curricular.

Também restou evidenciado que os alunos tiveram a percepção de que suas potencialidades e competências pessoais foram maximizadas.

No caso em tela, a experiência pedagógica orientada pelos valores e práticas da Educação Empreendedora revelou-se viável no contexto de um projeto de aprendizado jurídico.

O sucesso da experiência demonstra também que, além de aprender, os alunos conseguiram propagar junto aos colegas o conhecimento adquirido nas aulas de Ética e Cidadania Organizacional, conscientizando os colegas e o professor sobre riscos ocupacionais que identificaram na unidade escolar, onde circulam, diariamente, centenas de estudantes e dezenas de profissionais (professores, equipe administrativa, etc).

Merece atenção especial a particularidade de que, na experiência em questão, os alunos participantes tinham pleno acesso a *smartphones* e *tablets*. Deve ser levado em consideração também o fato de que a unidade escolar dispunha de recursos tecnológicos em bom estado de funcionamento e disponíveis para uso por professores e alunos, o que fez toda a diferença para viabilizar a segunda parte do trabalho, qual seja, o seminário de apresentação dos resultados ocorrido em 02/10/2018: laboratórios de informática para a preparação dos seminários, *notebook* e projetor multimídia para ser utilizado na apresentação.

Ante todo o exposto, conclui-se que as atividades pedagógicas propostas demonstraram que é possível a construção de formas inovadoras de ensino jurídico, novos caminhos e práticas, nas quais os recursos didáticos sejam diversificados e o aluno possa protagonizar o processo educacional, o que não diminui ou torna dispensável o papel do professor, cujo ofício permanece com fundamental relevância no processo educacional. Conclui-se também que, ao romper com o paradigma da educação profissional, torna-se possível constatar o caráter dialético da educação, reconhecida como uma construção coletiva protagonizada, concomitantemente, por alunos e professores.



## REFERÊNCIAS

ALVES, Rubem.; 2002. **Curiosidade é uma coceira nas idéias**. Disponível em: <<https://institutorubemalves.org.br/wp-content/uploads/2018/08/2002.07.23.pdf>>. Acesso em 09 Fev 2019.

BUGARELLI, Sérgio. **Tecnologia digital e educação: o uso de novos suportes midiáticos no ensino jurídico**, São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2011, 150 p.

BRUCH, Kelly Lissandra; GOULART, Guilherme Damásio; 2015. **Tecnologias da informação e comunicação, o ensino do Direito e o papel do professor**. Disponível em: <<http://coral.ufsm.br/congressodireito/anais/2015/7-3.pdf>>. Acesso em 18 dez 2018.

CHAVES, Rosário Rito Chaves; PARENTE, Cristina. **O empreendedorismo na escola e o paradigma das competências: o caso da Junior Achievement — Portugal**. Disponível em <<https://journals.openedition.org/spp/pdf/601>>. Acesso em 17/02/2019.

CRUZ, Roberto Moraes; SCHULTZ, Viviane. **Avaliação de competências profissionais e formação de psicólogos**. *Arq. bras. psicol.* Rio de Janeiro , v. 61, n. 3, p. 117-127, dez. 2009. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-52672009000300013&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672009000300013&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 09 fev 2019.

DOLABELA, Fernando. **Pedagogia empreendedora**. São Paulo: Editora de Cultura, 2003, 140 p.

DOLABELA, Fernando. **Pedagogia empreendedora: ensino de empreendedorismo na educação básica**. Disponível em: <<https://fernandodolabela.wordpress.com/servicos-oferecidos/pedagogia-empreendedora/>>. Acesso em 05 dez 2018.

FARIA, Adriana Ancona de.; 2014. **Reflexões sobre a educação jurídica: desafios ao ensino e à pesquisa**. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5126572.pdf>>. Acesso em 01 dez 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, 107 p.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo:, Editora Atlas, 2002, 176 p.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo:WMF Martins Fontes, 2017, 283 p.

KETELE, Jean Marie De. **Caminhos para a Avaliação de Competências**. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, [S.l.], p. p. 135-147, dez. 2006. ISSN 1647-8614. Disponível em: <<http://impactum-journals.uc.pt/rppedagogia/article/view/1172>>. Acesso em: 09 fev. 2019.

MADERS, Angelita Maria; DUARTE, Isabel Cristina Brettas.; 2018. **O ensino jurídico frente à complexidade: crises e desafios**. *Conhecimento & Diversidade*. <[https://www.revistas.unilasalle.edu.br/index.php/conhecimento\\_diversidade/article/view/2885](https://www.revistas.unilasalle.edu.br/index.php/conhecimento_diversidade/article/view/2885)>. (20 Dez 2018)

MARCONDES, Danilo. **Iniciação à história da filosofia: Dos pré-socráticos a Wittgenstein**. Rio de Janeiro-RJ: Editora Zahar, 2007, 13ª edição.

MARQUES, Carlos Alexandre Michaello; 2010. **O ensino jurídico e as novas tecnologias de informação e comunicação**. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/1849-7098-1-pb.pdf>>. Acesso em 17 Dez 2018.

SANTOS, Leonor., 2003. **Avaliar por competências: uma tarefa impossível?** Disponível em: <<http://www.esev.ipv.pt/mat1ciclo/2007%202008/temas%20matematicos/avalia%C3%A7%C3%A3o%20de%20compet%C3%Aancias.pdf>>. Acesso em 08 fev 2019.

SANTOS, Álisson de Almeida; 2013. **A utilização de ambientes virtuais de aprendizagem na educação presencial: o caso do ensino jurídico na Universidade Federal de Juiz de Fora**. Disponível em: <<http://www.mestrado.caedufjf.net/wp-content/uploads/2014/03/dissertacao-2011-alisson-de-almeida-santos.pdf>>. Acesso em 27 Dez 2018.

TEIXEIRA, C.B., 2010. **O professor como agente principal da mudança de sua prática pedagógica**. Disponível em: <[http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/VI.encontro.2010/GT.1/GT\\_01\\_27\\_2010.pdf](http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/VI.encontro.2010/GT.1/GT_01_27_2010.pdf)>. Acesso em 26 Dez 2018.

VIEIRA, Camilla de Oliveira; 2010. **Direito, ensino e formação docente: vertentes de uma democracia em construção**. Disponível em: <<http://www.uniube.br/biblioteca/novo/base/teses/BU000209233.pdf>>. Acesso em 19 Dez 2018.

## APÊNDICE A

### TERMO DE ESCLARECIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Ao responder o questionário abaixo, o respondente declara que concordou em responder anonimamente, *online*, o referido questionário, que refere-se a pesquisa científica realizada pelo Prof. THIAGO DA SILVA GALERANI sobre a participação dos alunos em aulas práticas por ele ministradas em 25/09/2018 e 02/10/2018, na ETEC "Prof. José Ignácio Azevedo Filho", na disciplina Ética e Cidadania Organizacional, para o segundo módulo do curso Técnico em Farmácia, com o tema "SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO".

O respondente declara, também, que sua participação na pesquisa é facultativa e dar-se-á de forma anônima e voluntária, sem perceber qualquer incentivo financeiro ou qualquer outro. O respondente declara, por fim, que foi informado de que pode se abster de participar do presente estudo, sem qualquer prejuízo, ônus, sanções ou constrangimentos.

## APÊNDICE B

### MODELO DO QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ALUNOS

#### **PESQUISA SOBRE PARTICIPAÇÃO DO ALUNO EM AULAS PRÁTICAS**

**Tema: "SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO"**

**Professor: THIAGO DA SILVA GALERANI**

**25/09/2018 - PESQUISA EXPLORATÓRIA COM USO DE SMARTPHONES**

**02/10/2018 - SEMINÁRIO DE APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS**

### **TERMO DE ESCLARECIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Ao responder o questionário abaixo, o respondente declara que concordou em responder anonimamente, *online*, o referido questionário, que refere-se a pesquisa científica realizada pelo Prof. THIAGO DA SILVA GALERANI sobre a participação dos alunos em aulas práticas por ele ministradas em 25/09/2018 e 02/10/2018, na ETEC "Prof. José Ignácio Azevedo Filho", na disciplina Ética e Cidadania Organizacional, para o segundo módulo do curso Técnico em Farmácia, com o tema "SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO". O respondente declara, também, que sua participação na pesquisa é facultativa e dar-se-á de forma anônima e voluntária, sem perceber qualquer incentivo financeiro ou qualquer outro. O respondente declara, por fim, que foi informado de que pode se abster de participar do presente estudo, sem qualquer prejuízo, ônus, sanções ou constrangimentos.

#### **1. Você tem *smartphone* ou *tablet*?**

- Sim
- Não

#### **2. Na aula prática do dia 25/09/2018 você usou *smartphones* ou *tablets* para fotografar fatores de risco na unidade escolar?**

- Sim
- Não

#### **3. Na aula prática do dia 25/09/2018 você usou *smartphones* ou *tablets* para gravar em vídeo fatores de risco identificados na unidade escolar?**

- Sim
- Não

**4. Na aula prática do dia 25/09/2018, FILMAR ou FOTOGRAFAR os fatores de risco, em sua opinião, foi:**

- Muito Fácil
- Fácil
- Difícil
- Muito Difícil

**5. Após FILMAR ou FOTOGRAFAR os fatores de risco, você precisou transferir as imagens ou vídeos para computadores, com o objetivo de preparar a apresentação para o seminário. Classifique, conforme sua opinião, o grau de dificuldade dessa tarefa (transferir arquivos):**

- Foi MUITO FÁCIL
- Foi FÁCIL
- Foi DIFÍCIL
- Foi MUITO DIFÍCIL
- Outra pessoa realizou essa tarefa

**6. No SEMINÁRIO DE APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS, realizado no dia 02/10/2018, você utilizou PROJETOR MULTIMÍDIA?**

- Sim
- Não

**7. Ao preparar sua apresentação para o SEMINÁRIO do dia 02/10/2018, você utilizou quais desses programas de computador:**

- MICROSOFT POWER POINT
  - PAINT BRUSH
  - PHOTOSHOP
  - CORELDRAW
  - OUTROS (especifique):
- 

**8. Para preparar sua apresentação para o SEMINÁRIO do dia 02/10/2018, você utilizou:**

- NOTEBOOK OU COMPUTADOR DA UNIDADE ESCOLAR
- NOTEBOOK OU COMPUTADOR PRÓPRIO
- NOTEBOOK OU COMPUTADOR DE PARENTES OU AMIGOS
- NOTEBOOK OU COMPUTADOR DO TRABALHO

NÃO UTILIZEI NOTEBOOK OU COMPUTADOR

**9. Você acredita que o conjunto de atividades dos dias 25/09/2018 e 02/10/2018 AMPLIOU SUA CAPACIDADE DE OBSERVAR E DESCOBRIR FATORES DE RISCO?**

- SIM  
 NÃO

**10. Você acredita que o conjunto de atividades dos dias 25/09/2018 e 02/10/2018 AMPLIOU SUA CAPACIDADE DE PROPOR SOLUÇÕES PARA PROBLEMAS DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO?**

- Sim  
 Não

### APÊNDICE C

#### TABELAS CONTENDO A TABULAÇÃO DE RESPOSTAS QUANTO AO QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ALUNOS

Tabela 1

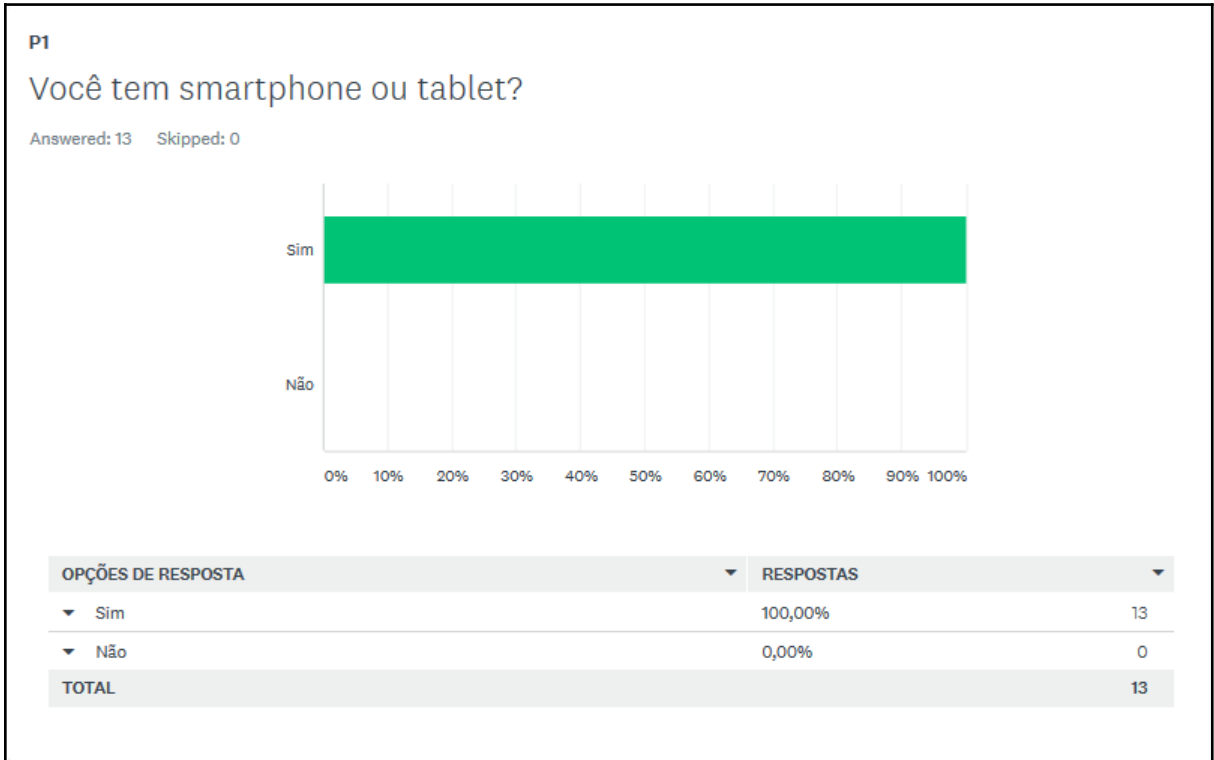


Tabela 2

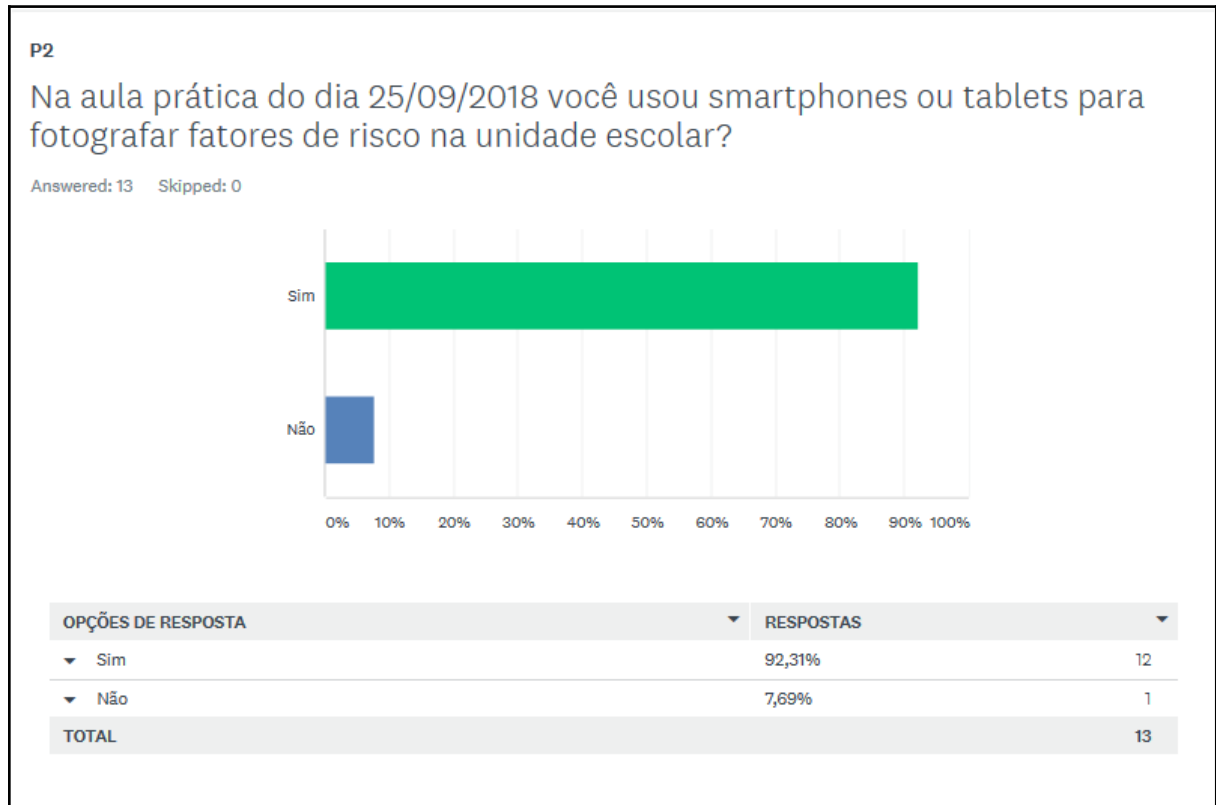




Tabela 3

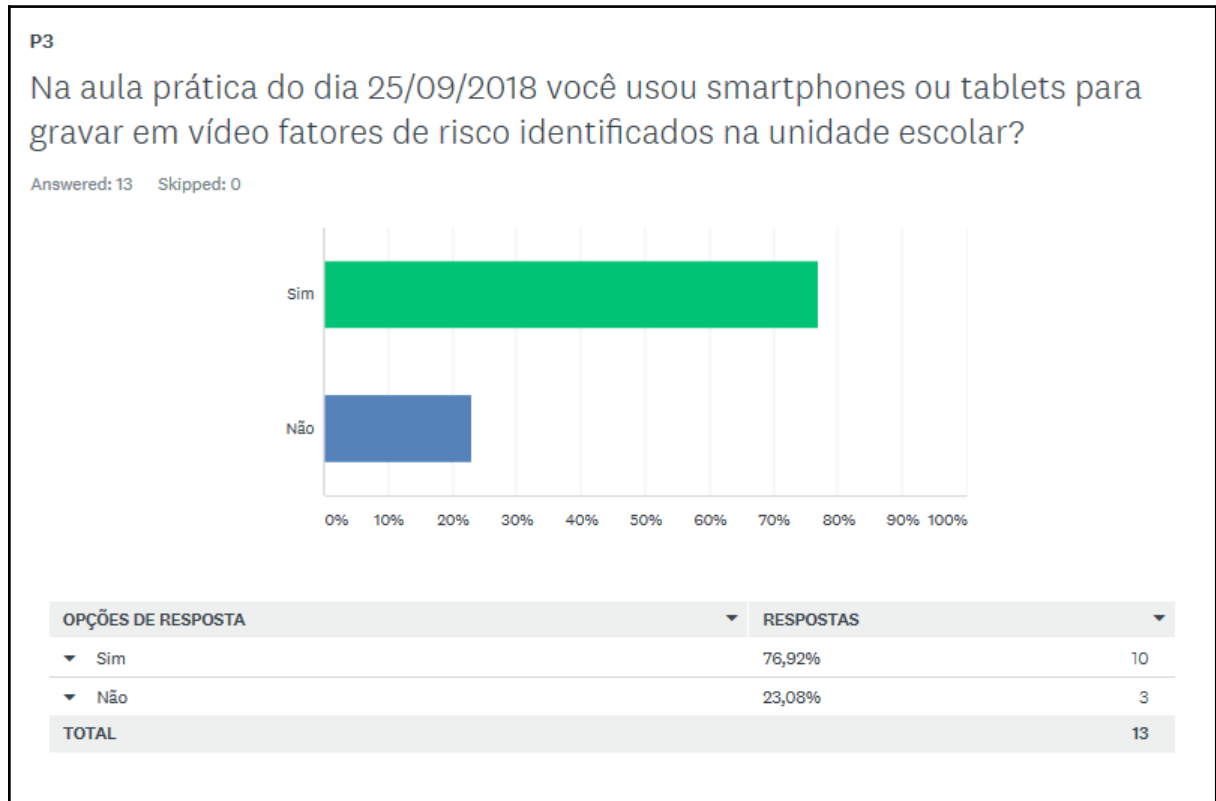


Tabela 4

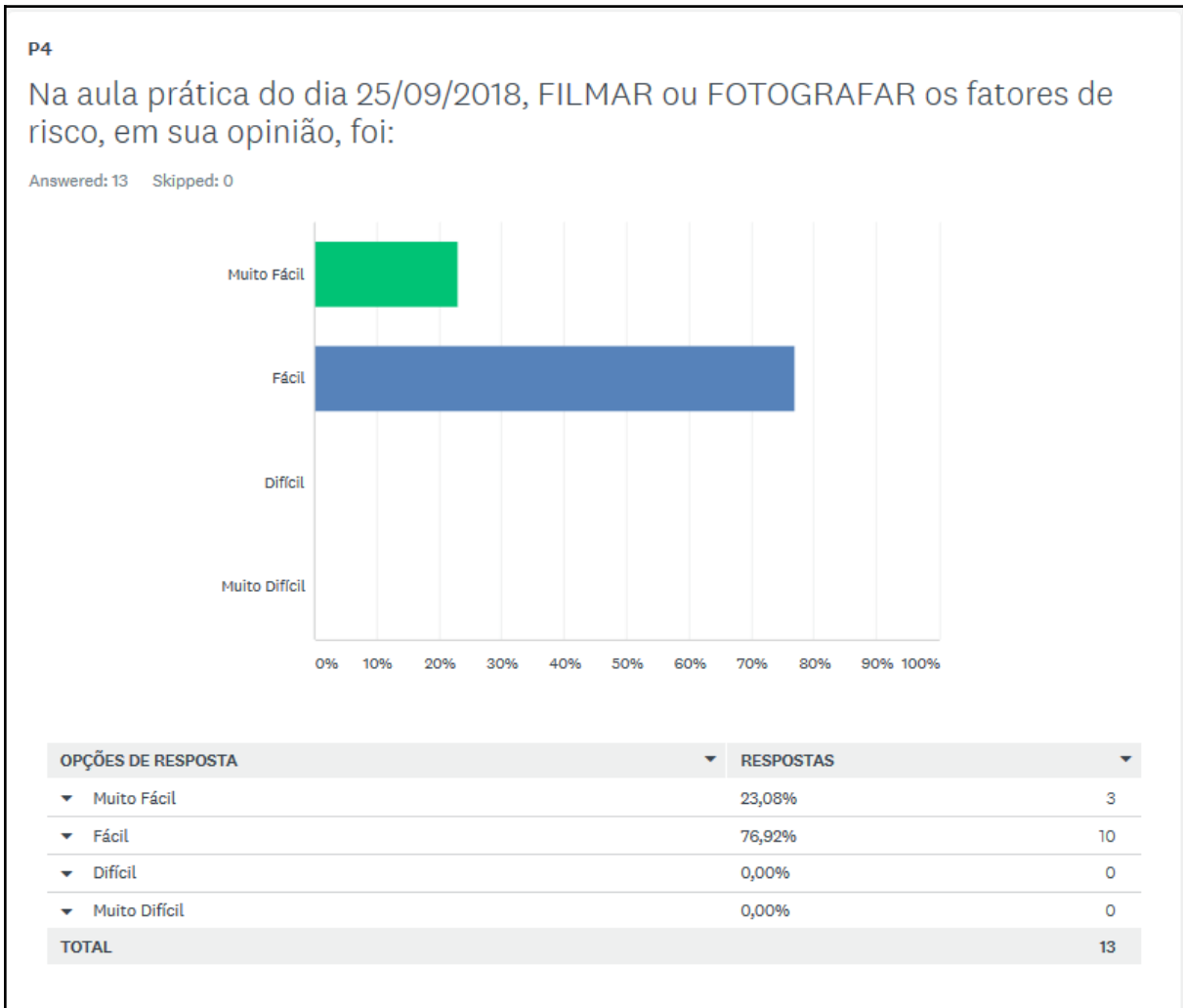
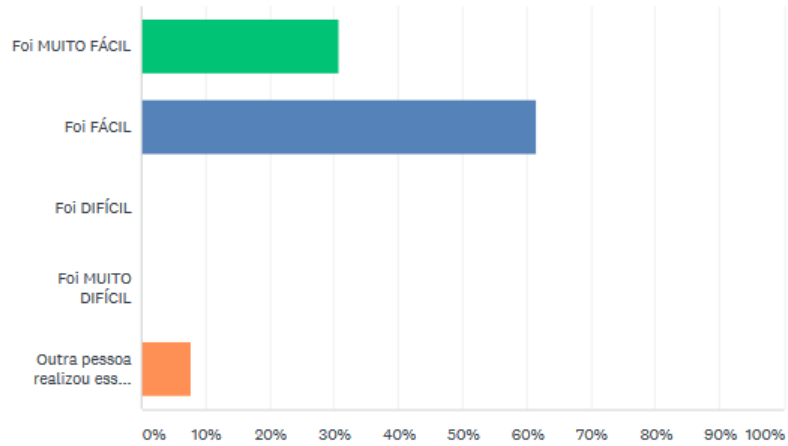


Tabela 5

P5

Após FILMAR ou FOTOGRAFAR os fatores de risco, você precisou transferir as imagens ou vídeos para computadores, com o objetivo de preparar a apresentação para o seminário. Classifique, conforme sua opinião, o grau de dificuldade dessa tarefa (transferir arquivos):

Answered: 13 Skipped: 0



OPÇÕES DE RESPOSTA	RESPOSTAS	
▼ Foi MUITO FÁCIL	30,77%	4
▼ Foi FÁCIL	61,54%	8
▼ Foi DIFÍCIL	0,00%	0
▼ Foi MUITO DIFÍCIL	0,00%	0
▼ Outra pessoa realizou essa tarefa	7,69%	1
<b>TOTAL</b>		<b>13</b>

Tabela 6

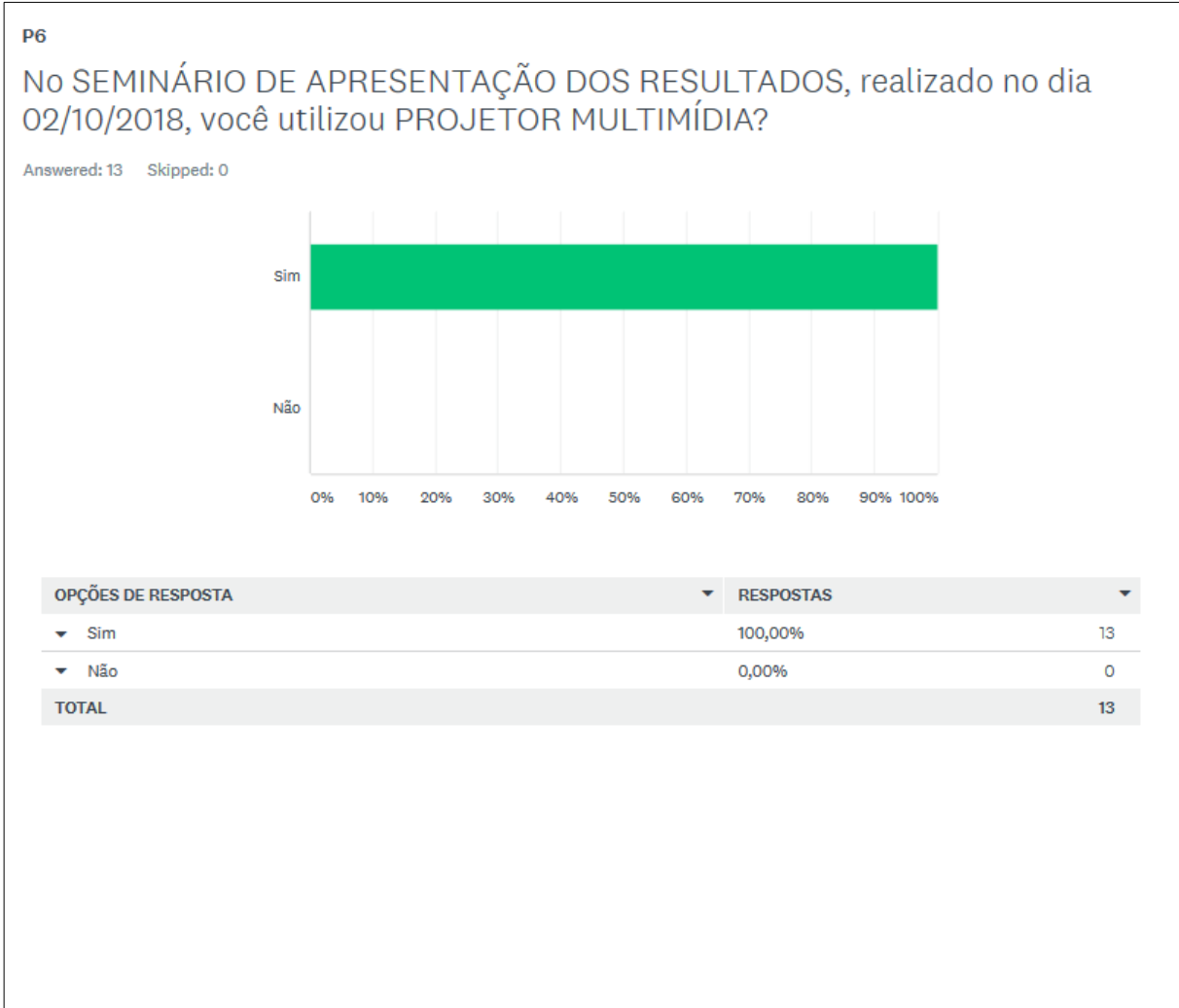


Tabela 7

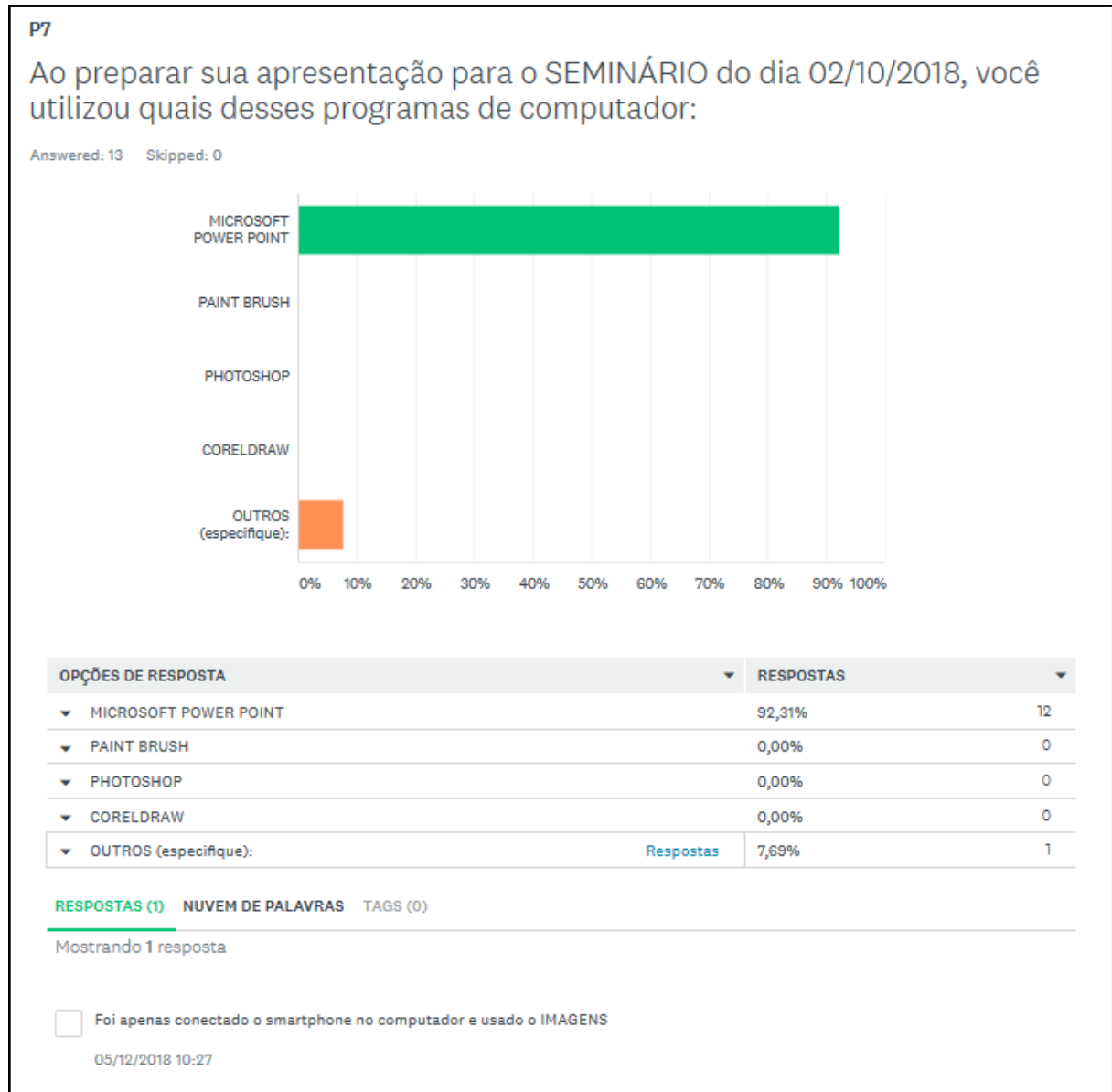


Tabela 8

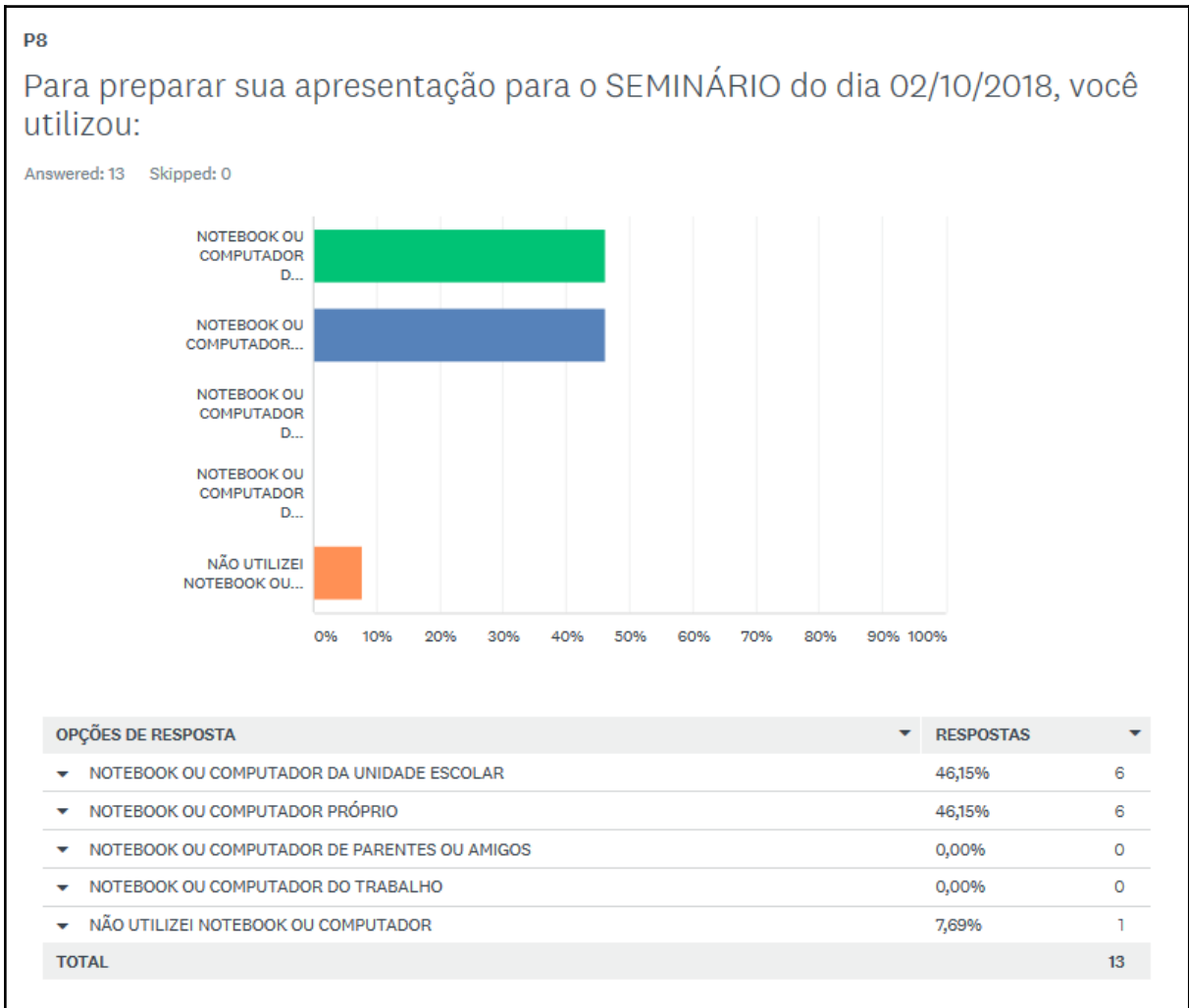


Tabela 9

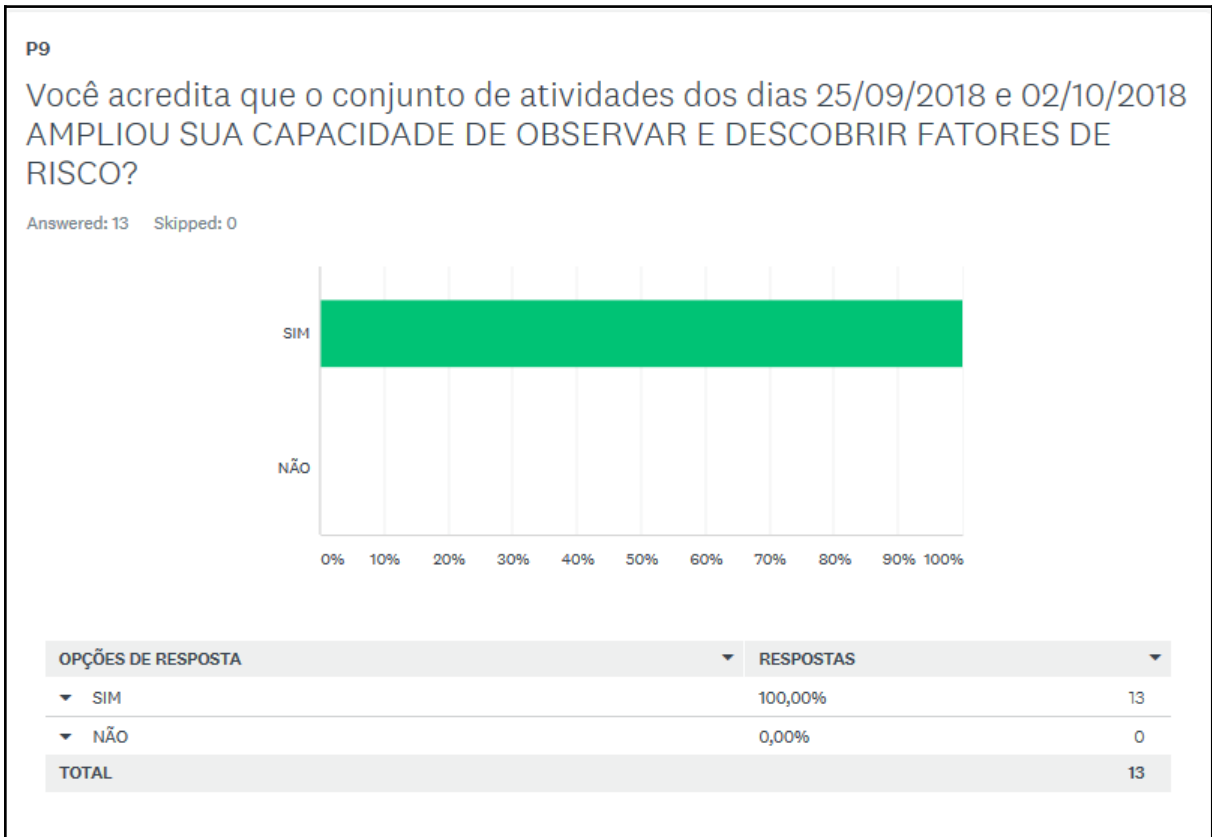


Tabela 10

